



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE JANEIRO DE 1992

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. João Domingos Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

### SUMÁRIO

*O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.*

*Deu-se conta da entrada na Mesa de diversos diplomas.*

*Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, além dos Srs. Ministro da Saúde (Arlindo de Carvalho), do Emprego e da Segurança Social (Silva Peneda) e dos Srs. Secretários de Estado da Agricultura (Álvaro Amaro), dos Recursos Educati-*

*vos (Epifânio da Franca) e dos Recursos Naturais (António Taveira), os Srs. Deputados Lino de Carvalho (PCP), Naraña Coissoró (CDS), João Rui de Almeida (PS), Leonor Bezeza e Margarida Silva Pereira (PSD), Julieta Sampaio (PS), Rui Salvada (PSD) e André Martins (Os Verdes).*

*O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 30 minutos.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 15 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Abílio Sousa e Silva.  
Adérito Soares Campos.  
Adriano da Silva Pinto.  
Alberto Cerqueira de Oliveira.  
Alberto Monteiro de Araújo.  
Álvaro Bissaia Barreto.  
Álvaro José Martins Viegas.  
Ana Paula Matos Barros.  
António de Carvalho Martins.  
António do Carmo Branco Malveiro.  
António Esteves Morgado.  
António Fernandes de Sá e Abreu.  
António Joaquim Correia Vairinhos.  
António José Barradas Leitão.  
António José Cacião da Mota Veiga.  
António Manuel Fernandes Alves.  
António Maria Pereira.  
António Paulo Martins Pereira Coelho.  
António da Silva Bacelar.  
Aristides Alves Nascimento Teixeira.  
Arlindo da Silva Moreira.  
Arménio dos Santos.  
Belarmino Henriques Correia.  
Bernardino Gata da Silva.  
Carlos Almeida Figueiredo.  
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.  
Carlos Lopes Pereira.  
Carlos Manuel Duarte Oliveira.  
Carlos Manuel Marta Gonçalves.  
Carlos Manuel Oliveira da Silva.  
Cecília Pita Catarino.  
Domingos José Soares A. Lima.  
Duarte Rogério Matos V. Pacheco.  
Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.  
Ema Maria Lóia Paulista.  
Fernando Carlos Branco M. Andrade.  
Fernando José Roque Correia Afonso.  
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
Fernando dos Reis Condesso.  
Filipe Manuel da Silva Abreu.  
Francisco Antunes da Silva.  
Francisco João Bernardino da Silva.  
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
Hilário Torres Azevedo Marques.  
Isilda Maria Pires Martins.  
Jaime Gomes Mil-Homens.  
João Alberto Granja da Silva.  
João Domingos Abreu Salgado.  
João Eduardo Dias Gouveia.  
João Granja Rodrigues da Fonseca.  
João José Pedreira de Matos.  
João José da Silva Maças.  
João do Lago V. Mota.  
Joaquim Cardoso Martins.  
Joaquim Eduardo Gomes.  
Joaquim Vilela de Araújo.  
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.

José Alberto Puig dos Santos Costa.  
José de Almeida Cesário.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.  
José Guilherme Reis Leite.  
José Júlio Carvalho Ribeiro.  
José Leal Ferreira Piedade.  
José Leite Machado.  
José Manuel Borregana Meireles.  
José Manuel da Silva Costa.  
José Mário Gaspar.  
José Mário Lemos Damião.  
José Pereira Lopes.  
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.  
Licínio Moreira da Silva.  
Luís António Carrilho da Cunha.  
Luís António Martins.  
Luís Carlos David Nobre.  
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.  
Luís Manuel Costa Geraldês.  
Manuel Albino Casimiro de Almeida.  
Manuel Acácio Martins Roque.  
Manuel Castro de Almeida.  
Manuel da Costa Andrade.  
Manuel Joaquim Baptista Cardoso.  
Manuel Lima Amorim.  
Manuel Maria Moreira.  
Manuel da Silva Azevedo.  
Maria Margarida da C. P. Taveira Sousa.  
Maria da Conceição Figueira Rodrigues.  
Maria Leonor Beleza Mendonça Tavares.  
Maria de Lurdes Póvoa Costa.  
Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.  
Marília Dulce Coelho Morgado Raimundo.  
Mário Jorge Belo Maciel.  
Mário de Oliveira Santos.  
Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.  
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Pedro Domingos de Sousa Holstein Campilho.  
Pedro Manuel Cruz Roseta.  
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.  
Rui Alberto Limpo Salvada.  
Rui Carlos Alvarez Carp.  
Rui Fernando da Silva Rio.  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva.  
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.  
Simão José Ricon Peres.  
Telmo José Moreno.  
Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
Virgílio de Oliveira Carneiro.  
Vitor Manuel Igreja Raposo.  
Vitor Pereira Crespo.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Alberto Bernardes Costa.  
Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
Alberto de Sousa Martins.  
Américo Albino Salteiro.  
António de Almeida Santos.  
António Alves Marques Júnior.  
António Alves Martinho.  
António Carlos Ribeiro Campos.

António José Martins Seguro.  
 António Luís Santos Costa.  
 Armando António Martins Vara.  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Edite Fátima Marreiros Estrela.  
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.  
 Eurico José Palheiros de Figueiredo.  
 Fernando Manuel Costa.  
 Fernando Alberto P. Sousa.  
 Fernando Alberto Pereira Marques.  
 Guilherme Valdemar P. Oliveira Martins.  
 Helena de Melo Torres Marques.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 João Maria Lemos de Meneses Ferreira.  
 Joaquim Américo Fialho Anastácio.  
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.  
 José A. Martins Goulart.  
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.  
 José Apolinário Nunes Portada.  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.  
 José Ernesto Figueira dos Reis.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.  
 José Manuel Santos Magalhães.  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos.  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.  
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Luís Manuel Capoulas Santos.  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.  
 Mário Manuel Vidreira Lopes.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Rui António Ferreira da Cunha.  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

#### Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Azevedo Ferreira Lopes.  
 António Filipe Gaião Rodrigues.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Luís Manuel Silva Viana de Sá.  
 Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.  
 Maria Odete dos Santos.

#### Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Morcira.  
 Casimiro da Silva Tavares.  
 José Luís Nogueira de Brito.  
 Manuel Tomás Cortês Rodrigues Queiró.  
 Narana Sinai Coissoró.

#### Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

#### Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.  
 Mário António Baptista Tomé.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa e foram admitidos os seguintes diplomas: proposta de lei n.º 10/VI — Autoriza o Governo a rever o Estatuto da Ordem dos Engenheiros —; projecto de lei n.º 40/VI (PS) — Extracção de órgãos e tecidos para transplante —; ratificação n.º 14/VI (PCP) — Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de Novembro, que aprova o Código das Expropriações —, e interpelação n.º 1/VI (PS) — Sobre política educativa.

O Sr. Presidente: — Para formular a pergunta sobre a implantação do novo regime de gasóleo subsidiado para a agricultura, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, antes de formular a pergunta, solicitava que a Mesa, pelos meios adequados, mandasse reparar o microfone que está perto de mim e que já há algumas semanas está «calado», uma vez que nós não queremos ficar calados.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa já tomou as devidas providências, só que não foram executadas. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Srs. Deputados: Em 31 de Maio passado, quando aqui discutimos a proposta de lei n.º 196/V, que deu lugar ao novo regime de fornecimento de gasóleo subsidiado à agricultura, criticámos o sistema proposto porque a sua desnecessária complexidade iria distorcê-lo, inviabilizá-lo e esvaziá-lo de sentido prático.

A vida veio demonstrar que as nossas críticas eram plenamente justificadas e têm ultrapassado mesmo as previsões então avançadas. O novo regime permite que os agricultores, em vez de aguardarem cerca de um ano para receberem a devolução do valor do subsídio, paguem o gasóleo pelo preço líquido logo no acto da compra.

Seria uma decisão positiva, se ela não tivesse sido embrulhada numa inexplicável solução técnica tão complexa que está a criar mais problemas do que aqueles que visou resolver.

A adjudicação do novo sistema a uma única companhia, subordinando-o unicamente à existência de um programa de informatização de um posto por concelho, para além de ter levado a uma batalha jurídica evitável accionada pelas companhias gasolíceiras — e, como sabemos, deu entrada no Supremo Tribunal Administrativo o respectivo recurso —, obriga a que a maioria dos agricultores tenham de percorrer, na maioria dos concelhos, dezenas de quilómetros se quiserem beneficiar do novo sistema.

Já não bastava que o preço do gasóleo para a agricultura fosse, em Portugal, sensivelmente superior em mais de 30% à média comunitária e que o Governo se recuse sistematicamente a aumentar o valor do subsídio. Agora, o pouco que os agricultores poderiam ganhar com o novo regime perdem-no nos quilómetros que têm de percorrer. É um absurdo!

Mas mais do que isso: dezenas de explorações agrícolas e mais de uma centena de cooperativas detentoras de postos de abastecimento de gasóleo para os seus associa-

dos correm o risco de serem excluídas do sistema e de poderem utilizar os seus próprios postos de abastecimento, ocasionando enormes prejuízos a dezenas de milhares de agricultores e às próprias cooperativas, em que, nalguns casos, o rendimento proveniente da actividade da venda de gasóleo à agricultura representa mais de 50% do rendimento total, conforme foi salientado — e o Sr. Secretário de Estado sabe — em recente encontro de organizações da lavoura ligadas ao abastecimento de gasóleo.

Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado da Agricultura: A vida demonstrou não só que a teimosia do Governo na definição do sistema que inventou nada tem a ver nem com a realidade nem com os interesses dos agricultores e da agricultura mas também que eram justas as críticas e as propostas que então avançamos.

Assim, Sr. Secretário de Estado, pergunto-lhe: reconhece agora o Governo que o novo sistema não funciona e que é preciso modificá-lo? Está o Governo disponível para implantar um sistema mais fácil, mais barato e mais eficiente, baseado, por exemplo, num sistema de cadernets devidamente certificadas, como propusemos em Maio último, permitindo aos agricultores abastecerem-se em qualquer posto de gasóleo? Tem o Governo intenção de aumentar, e para quanto, o valor do subsídio ao gasóleo para a agricultura aproximando o seu preço líquido aos valores médios comunitários?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de conceder a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, gostaria de dar uma informação complementar sobre a reclamação apresentada pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho. Os serviços informam-me que o microfone funciona bem e que o problema é apenas do vermelho, que não funciona.

*Risos gerais.*

O Orador: — Já estão a alarajar tudo!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Ponham-lhe um azul!

O Sr. Presidente: — Para responder à pergunta formulada, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Agricultura.

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura (Álvaro Amaro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado Lino de Carvalho, agradeço-lhe ter-me formulado a pergunta sobre o novo sistema de subsídio de gasóleo, ainda que nesta altura sejam prematuros quaisquer juízos acerca dele.

Aliás, quando me pergunta se o Governo reconhece que o novo sistema é ineficaz e se estaria disponível para, de algum modo, estudar um sistema mais eficaz e mais barato, eu quase diria que me era relativamente fácil responder afirmativamente a essa questão. Isto porque, quando um deputado propõe ao Governo que este arranje um sistema mais barato e mais eficaz, eu diria que estava descoberto um sistema que interessaria ao Estado Português, à população portuguesa, aos agricultores, já que, seguramente, todos procuramos a melhor eficácia aos mais baixos custos.

Só que — e o Sr. Deputado Lino de Carvalho talvez não saiba e por isso tenho muito gosto em informá-lo — arranjar um sistema de subsídio de gasóleo com o desconto no momento do abastecimento (e ninguém, inclusivamente o Sr. Deputado, estará em desacordo de que um

novo sistema que leve a que um agricultor não tenha de esperar um ano para receber o subsídio) é, à partida, preferível, certamente todos estaremos de acordo com isso. No entanto, Sr. Deputado, a questão é que não conseguirá arranjar um sistema mais eficaz e mais barato — e isso foi muitíssimo estudado sob o ponto técnico —, quer seja através de caderneta quer seja através de cartão, sem que sejamos todos nós a pagar quer a informatização dos postos quer o fabrico dos cartões para cada um dos beneficiários.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Não é bem assim!

O Orador: — É. Pode crer que é, porque esse assunto foi bastante estudado.

Por outro lado, eu diria que é prematuro qualquer juízo, na medida em que o sistema, em termos globais do modo como foi definido, ainda não está em funcionamento.

Vou ler-lhe o despacho — que eu próprio exarcei em 26 de Junho de 1991 e que teve a concordância dos dois secretários de Estado responsáveis na altura, portanto eu diria que é uma decisão que tomámos em relação ao novo sistema — que, penso, cobre as questões que V. Ex.<sup>a</sup>, honestamente, colocou na Mesa. Aliás, as suas questões são, no fundo, as preocupações de todos nós em relação, primeiro, ao acesso fácil de todos os utilizadores do sistema e, segundo, às organizações agrícolas que têm também o abastecimento directo nas suas empresas ou na sede das suas organizações.

Dissemos isto no despacho: «Na verdade, é de todo necessário a manutenção dos dois sistemas — transferência bancária, que é o sistema antigo, e o cartão — até que haja uma cobertura adequada do País.»

Assim, não é rigorosamente verdade que a adjudicação à PETROGAL vá no sentido de que haja apenas um posto abastecedor em cada concelho, porque não existirá apenas um posto mas, sim, 800 em todo o país, o que dará muito mais que um posto por concelho.

E dissemos mais: «A manutenção dos dois sistemas durante um período a definir deve igualmente ter em conta a situação das organizações e empresas agrícolas abastecidas directamente por outras companhias distribuidoras que não podem rescindir os respectivos contratos.» Isto significa que quisémos acautelar, justamente, os empresários agrícolas, as cooperativas, as associações que, tendo contratos com outras empresas abastecedoras, não podiam rescindir os contratos por força da adjudicação a uma empresa.

Logo, parece-me que estão aqui salvaguardadas essas tais distâncias que o agricultor teria de percorrer, porque, em boa verdade, não faria sentido que nós, ao procurarmos um sistema mais eficaz, mais barato, se quisesse, ou gerador de um ganho adicional para o agricultor pagando este 70S e não 100S/l e não tendo que esperar um ano pelo subsídio, fizéssemos o agricultor percorrer 50 Km ou 100 Km para se ir abastecer directamente a uma determinada bomba.

Daí que, como lhe disse, tivéssemos acautelado — e acabei de ler-lhe o despacho de Junho — a possibilidade de os agricultores privados, empresas ou os agricultores associados salvaguardarem o seu contrato de prestação ou o seu contrato de abastecimento por via das outras organizações. Por isso, Sr. Deputado, são estas as informações, que não o juízo em termos factuais, na medida em que — repito — o novo sistema ainda não está total ou globalmente a ser executado.

Devo até acrescentar, para terminar, que os 230 000 cartões estão ainda a ser distribuídos pelos agricultores, o que mais uma vez reforça a ideia que lhe transmiti de que, por enquanto, o sistema não pode ser avaliado.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Agricultura: Há teimosias que se explicam quando há razões para as manter e há outras que são completamente inexplicáveis e que só fazem perder eficácia aos sistemas que se querem implantar e prejudicar o País, neste caso os agricultores. Esta é uma delas.

O Sr. Secretário de Estado diz que o sistema se vai manter misto durante o período que decorre até à sua total implantação. Recordo-lhe, Sr. Secretário de Estado, que o Sr. Ministro da Agricultura, em recente reunião da Comissão de Agricultura e Mar, afirmou que até ao final do ano o sistema estava praticamente a funcionar. Como sabe, isso não é verdade, pois não estão implantados, muito longe disso, os 300 postos que o Sr. Ministro afirmou que iriam estar, o que daria o tal mínimo de um posto por concelho. A verdade é que, enquanto decorrem os dois sistemas, sem se saber, aliás, qual é o período limite para terminar o sistema misto neste processo, há milhares de agricultores que estão prejudicados em relação a outros que porventura estejam mais próximos de postos de gasóleo em que esteja implantado o sistema informatizado, e não havia razão nem necessidade de isto ter sido feito.

V. Ex.<sup>a</sup> afirma que não há um sistema melhor. Sr. Secretário de Estado, por que não se optou, como ainda recentemente as cooperativas abastecedoras de gasóleo sugeriram, por um sistema mais simples, que seria o sistema das cadernetas, as quais seriam certificadas pelas direcções regionais de agricultura, com os valores do gasóleo a que cada agricultor tivesse acesso e cuja certificação seria um instrumento extremamente simples em qualquer posto de abastecimento de gasóleo dos que actualmente existem, sem necessidade sequer de qualquer informatização do sistema? Isto permitiria que se passasse do sistema de receber o subsídio um ano depois para o novo sistema de receber o subsídio no momento do abastecimento do gasóleo, sem hiatos, sem rupturas, sem distorções e sem custos de investimento.

Por outro lado, a verdade é que quando terminar o período dos dois sistemas, vai haver mais de uma centena de cooperativas com postos de abastecimento de gasóleo de outras companhias gasolineiras. Diga-me, Sr. Secretário de Estado — uma vez que não respondeu a esta questão —, como é que vai ser, se só a PETROGAL tem este sistema implantado? De duas, uma: ou as companhias têm de rescindir os contratos e transferi-los para a PETROGAL, se esta estiver disponível para implantar postos de abastecimento de gasóleo nessas explorações privadas ou nessas cooperativas que têm o sistema informatizado, ou, então, obviamente que essa parte da sua actividade agrícola fica inviabilizada e os agricultores terão de recorrer aos postos oficiais que estejam implementados. Isto não tem, pois, qualquer sentido — aliás, o Sr. Secretário de Estado sabe que é uma causa indefensável, tal como as centenas de cooperativas que estiveram reunidas em Dezembro o vieram claramente confirmar.

Sr. Secretário de Estado, por que razão é que o Governo insiste num sistema que era evitável, que pode ser completamente simplificado, que, como sabe, está a dar lugar a uma guerra jurídica entre companhias petrolíferas e que está a prejudicar os nossos agricultores? Por que é que o Governo insiste em soluções que poderiam ser muito mais simplificadas, designadamente através do sistema que propusemos?

Por último, insisto na pergunta, à qual não respondeu: pensa o Governo, neste quadro, aumentar o subsídio de gasóleo, para quanto e quando, no sentido de o aproximar das médias comunitárias, tendo em conta que, mesmo com o actual regime, estamos 30% acima dos valores médios comunitários? Não se pode estar a dizer aos nossos agricultores que aguentem preços mais baixos aos produtos que vendem para os nivelar pelas médias comunitárias e, ao mesmo tempo, mantermos custos de factores de produção, designadamente o gasóleo, a valores extremamente superiores aos da média dos países europeus. Não há concorrência nem competitividade que se agente em tal situação!

São estas as questões que queríamos ver novamente esclarecidas.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Agricultura.

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho: Quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que há teimosias que não se justificam, respondendo-lhe com a mesma moeda: há teimosias que não se justificam. Mas, enfim, a democracia, felizmente para todos nós, aceita isso mesmo, estamos nesta Casa, e é bom que assim seja. Que de teimosia em teimosia consigamos ir informando melhor a população portuguesa! A minha teimosia V. Ex.<sup>a</sup> responde com a sua. É um direito que lhe assiste.

Quando refere...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — É a teimosia de centenas de cooperativas!

O Orador: — Sr. Deputado, eu não o interrompi. Afinal V. Ex.<sup>a</sup> ainda é mais teimoso do que eu, porque teima mais!

Quando o Sr. Ministro da Agricultura lhe disse, na comissão parlamentar, que havia 300 postos, não só não mentiu como, Sr. Deputado, neste momento há 600 postos informatizados. Se quiser, leio-lhos por distrito. Repare: em Aveiro, 47; em Beja, 33; em Braga, 30; em Bragança, 20; etc., etc. Há 600 postos informatizados!

Admito que o Sr. Deputado tenha outra proposta e teime na sua, mas, por ora, deixe que teimemos, sem prejuízo para os agricultores, naquilo que defendemos e que lhe acabei de ler, ou seja: primeiro, que estejam informatizados os postos; segundo, que estejam informatizados como estão — e há pouco não lhe disse isto — os auto-tanques abastecedores em relação quer aos postos espalhados pelos vários concelhos quer sediados nas organizações agrícolas; terceiro, que, quando houver lugar à rescisão do contrato ou à renegociação do contrato por parte das organizações, poderá ser que nessa altura estejam porventura encontrados outros caminhos de relação entre a PETROGAL e outras

empresas; quarto, quanto a «guerra jurídica»: bem, preocupa-me relativamente, porque é um direito que assiste a uma empresa contestar aquilo que foi adjudicado a outra empresa.

Mas penso que não foi por isso que o Sr. Deputado formulou a pergunta e muito menos foi, penso, para — ou pode ter sido e essa é questão que fica, mas que responda quem souber — que ficasse a saber hoje, aqui e agora, se estamos disponíveis a aumentar o subsídio de gasóleo.

A sua preocupação, que obviamente considero legítima, como legítimas são todas as suas preocupações: como político, era a de saber se o sistema está bem, qual o juízo que se faz ou era a de saber se o Governo está disposto a aumentar o subsídio, porque o gasóleo, enquanto factor de produção, a par de outros, etc.? Bem, essa é outra questão, que não devemos discutir apenas na óptica do subsídio de gasóleo ou do gasóleo, enquanto factor de produção, mas, sim, em conjunto com outros factores de produção. Mas este não é o momento de discutir esta questão; contudo, fá-lo-emos, como sempre o fizemos, nas sedes que considerarmos oportunas.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró para formular a pergunta dirigida ao Ministério da Educação relativa à crise financeira das universidades públicas, às medidas de urgência adoptadas pelo Governo e perspectivas para o presente ano lectivo quanto à normalização da situação.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos: Não posso deixar de lamentar que o Sr. Ministro da Educação ainda não tenha feito sentir a sua voz neste Hemiciclo.

A imprensa de hoje refere que o Sr. Ministro da Educação tem dificuldade em falar, diz um semanário que é o Sr. Primeiro-Ministro que o proíbe, porque não sabe dizer claro, dizem terceiros que é autista, que realmente há uma redoma, ou uma espécie de cortina de silêncio, que depois da fatura de discursos do Ministro da Educação da legislatura anterior há agora uma cura de jejum por parte do Ministro da Educação! O que é certo é que nos faz falta a voz do Sr. Ministro nesta Sala que, ao contrário dos seus colegas, o Ministro da Saúde, o Ministro da Agricultura e todos os outros ministros que aqui passam pelas nossas bancadas, teima em não aparecer. Temos gosto em vê-lo, grande prazer em ouvi-lo e até agora ainda não nos deu esse gosto de colaboração pessoal de ministro para com os deputados deste Plenário da Assembleia e é nosso direito exigí-la. Já vai sendo caricata esta posição. Isto não tem nada que ver com a competência, proficiência e habilidade de V. Ex.<sup>a</sup> em vir responder em substituição do Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado! Mas o Plenário da Assembleia não foi feito para ouvir só os secretários e subsecretários de Estado. E não venha o argumento de que no Governo não há membros de primeira e de segunda. Um subsecretário de Estado adjunto do secretário de Estado adjunto do ministro adjunto não é a mesma coisa que um ministro da Presidência ou um primeiro-ministro, e por isso é que as designações são diferentes. Há o Primeiro-Ministro, Ministro da Presidência, Secretários de Estado e Subsecretários de Estado.

E por isso mesmo faço este reparo, para que conste da acta, e que V. Ex.<sup>a</sup> seja portador desta nossa preocupação junto do Sr. Ministro da Educação.

Relativamente à pergunta que pretendo fazer, quero dizer que V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a Universidade de Coimbra iniciou tarde o seu ano lectivo, porque não pôde abrir as Faculdades de Medicina e de Direito por dificuldades orçamentais. E o reitor, na sua alocução de 11 de Dezembro passado, referiu-se claramente a esta circunstância dizendo: «As razões que levaram as Faculdades de Medicina e de Direito a adiarem o início do ano escolar prendem-se, directa ou indirectamente, com questões orçamentais. Ultrapassadas algumas dessas questões, subsistem na Universidade de Coimbra e noutras universidades graves problemas.» Finalmente, diz: «Reconhecendo embora o empenhamento posto nestas questões pela nova equipa do Ministério da Educação e o crédito que merece, não podem deixar as universidades de defender os seus justos pontos de vista e de lutar por eles.»

Mais tarde, depois deste discurso, houve um encontro onde, mais ou menos, foi ajustado um modo de prover as universidades: E, aí, o Ministério da Educação estabeleceu uns *plafonds* orçamentais — V. Ex.<sup>a</sup> dirá se foi assim ou não, porque isto não veio a público e eu não faço parte do conselho de reitores, mas tenho a informação, que pude apurar para efeitos desta pergunta — baseados nos gastos com o pessoal, realizados em Novembro de 1991, noutras despesas de funcionamento e despesas de capital inscritas no Orçamento do Estado para 1991, que leva, desde já, a atribuir às universidades para 1992 a verba de 54 463,3 milhões de contos, estimado o Orçamento corrigido de 1991, com um aumento de 8,6%.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, queira concluir!

**O Orador:** — Ora bem, sucede que a taxa de inflação, excluindo o pessoal, é muito superior a isso. Sabemos que o Ministério da Educação quer tomar em consideração as despesas com o pessoal, verificados os aumentos após a revisão dos salários, e até as despesas de funcionamento. Mas o que os reitores se queixam é que, feitas bem as contas — e V. Ex.<sup>a</sup> dirá se é assim ou não —, o verdadeiro aumento de que realmente vão beneficiar as universidades públicas portuguesas não passa de 2,6%, o que é manifestamente reduzido, o que não deixa as universidades a contento, porque reduz as despesas de funcionamento, as despesas de investigação e as despesas, digamos, normais.

Esta questão vai ser tratada hoje, no Funchal, onde está reunido o conselho de reitores, sendo o primeiro ponto da agenda dessa reunião, exactamente, a crise financeira e orçamental que as universidades estão a atravessar.

Seria, pois, importante, neste momento, para estes reitores que estão reunidos no Funchal, que V. Ex.<sup>a</sup> fosse tão explícito e tão extenso quanto o tempo regimental lho permitir.

(O orador reviu.)

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos.

**O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos (Epifânio da Franca):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Narana Coissoró: Em primeiro lugar gostaria de dizer que o Sr. Ministro da Educação, se calhar, infelizmente, não tem o dom da ubiquidade e, portanto, não pode estar simultaneamente na sala 251-G desta Casa, perante a Comissão Parlamentar de Educação, e aqui, no Plenário.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Mas o Plenário tem precedência sobre as comissões!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Isso é muito discutível!

O Sr. António Braga (PS): — Tem precedência, Sr. Deputado Silva Marques! Foi você que fez o Regimento!...

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, queira prosseguir, se assim o entender.

O Orador: — Relativamente ao problema do financiamento e das dificuldades orçamentais da Universidade — e ele envolve várias questões —, devo dizer que a situação das universidades portuguesas preocupa o Ministério da Educação. O que penso é que começamos a estar um pouco saturados de ouvir falar apenas no problema de natureza financeira relativamente à Universidade, revelando, dessa forma, pouca imaginação e, se calhar, pouco conhecimento das verdadeiras dificuldades da Universidade.

Não quero particularizar, para o exemplo, a Universidade de Coimbra e não particularizarei qualquer universidade portuguesa, devendo, desde já, dizer-lhe que a situação das universidades portuguesas é deveras diferente. Há universidades em que, felizmente, não se colocam problemas significativos, mas há outras em que, de facto, há dificuldades.

Sr. Deputado, no ano lectivo de 1990-1991, o número de vagas abertas pelas universidades públicas portuguesas revelou um crescimento de 5,4%, o número de alunos inscritos, de um ano para o outro, revelou um aumento de 11,1%, o crescimento do orçamento das universidades foi superior a 22% e o crescimento das despesas com pessoal foi superior a 25%.

Se o Sr. Deputado pensar nos dois primeiros números que referi, ou seja, o aumento do número de vagas e o aumento de alunos inscritos, verificará que o sistema está a reter — e todos nós estamos a pagar por isso — alunos que não devia.

Na realidade, há números que indicam que apenas 60% dos alunos — são estudos estatísticos — das nossas universidades se diplomam. Daqueles que se diplomam apenas 37,5% são capazes de concluir os cursos no seu tempo normal, 29,4% demoram mais um ano a concluir o curso, 13,3% demoram mais dois anos a concluir o curso e cerca de 20% demoram mais três a seis anos a concluir o curso.

O que é extremamente preocupante, Sr. Deputado — e naturalmente compreenderá que tudo isto tem gravíssimas implicações financeiras —, é que tudo isto revela uma degradação da capacidade competitiva dos formandos portugueses face aos seus parceiros europeus.

Se começarmos a pensar — e julgo que devemos ter esse dever — de que à nossa Universidade deve ser atribuído não apenas o valor social e cultural que legitimamente disfruta mas também um valor económico, como componente estratégica do desenvolvimento do País e por forma a tentar dotar o País dos recursos humanos capazes de competirem com os seus parceiros europeus, estas situações têm naturalmente de modificar-se.

Sr. Deputado, ainda relativamente à crueza dos números dos orçamentos, devo dizer que no Orçamento do Estado para 1991 foi acordado, e aceite pelos Srs. Reito-

res — e isto foi negociado ainda no anterior governo —, um *plafond* que absorvia todas as componentes incrementais que foram negociadas com as universidades, nomeadamente as do crescimento do sistema, não, infelizmente, reportado ao crescimento das vagas mas em relação ao crescimento do número de alunos, isto é, as universidades foram beneficiadas pela sua fraca produtividade em termos de formação e produção dos recursos humanos.

Portanto, repito, o orçamento que foi negociado foi aceite, à excepção de um parâmetro incremental, que eram os 3,5% salarial.

Ora bem, como a massa salarial — e varia muito de universidade para universidade — representa, em média, cerca de 85% do orçamento das universidades, era natural esperar que, chegado ao final do ano de 1991, verificássemos que a variação entre o orçamento que estava inscrito e o que foi executado no decorrer do ano fosse inferior a 3,5%, uma vez que esse acréscimo não era sobre o «bolo» do Orçamento mas apenas sobre a componente de encargos salariais. E se fizéssemos as contas, isso deveria prever um aumento de 11,5%.

Ora, na realidade, os orçamentos cresceram 13,6%. E mais: se considerarmos as outras fontes de financiamento que têm sido canalizadas para o tecido universitário português, verificamos que a um orçamento global da componente gestão flexível do Orçamento do Estado, que era de cerca de 51 milhões de contos, as universidades receberam cerca de 80 milhões de contos. Como é que se pode falar em falta de dinheiro? Podemos falar de tudo, Sr. Deputado, mas não em falta de dinheiro!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — De facto, deve haver uma responsabilidade e uma consciência muito grande dos problemas que as universidades têm, que não são estritamente de carácter orçamental ou financeiro mas da sua própria inserção na sociedade portuguesa, do valor económico que devem ter para ajudar o desenvolvimento do País com a sua produtividade, com a sua qualidade.

O que pretendemos fazer? Pretendemos — e vou concluir — justamente trabalhar com as universidades, no sentido de as ajudar a encontrar os instrumentos necessários para promover uma inversão desta tendência de degradação da situação global. Instrumentos que ajudem a flexibilizar ainda mais a capacidade de gestão financeira e orçamental das universidades; instrumentos que dêem às universidades um efectivo controlo sobre os seus recursos humanos, que continuam a ser desperdiçados na geração de mais-valias importantes que não são retidas pelo sistema universitário e, portanto, não beneficiam o País ou, pelo menos, o sector público das universidades; instrumentos que ajudem a corrigir e a modernizar a componente curricular da actividade das universidades e a promover o sucesso escolar; e, naturalmente, como componente extremamente importante de preocupação da equipa governamental, instrumentos que ajudem também a modernizar a componente acção social escolar no ensino superior universitário, e não só.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O Sr. Secretário de Estado, em vez de vir dizer exactamente quais foram as

medidas financeiras tomadas para acorrer às dificuldades deste ano lectivo, disse que, além do nosso sistema educativo estar mal, o universitário está péssimo.

Como o PSD está no Governo, na pasta da Educação, desde 1989, ao dizer isso, pode consolar-se com esta autocritica ou catarse, mas não satisfaz o País ouvir dizer que os seus filhos estão entregues a um sistema péssimo que não instrui, que não educa, que forma mal, que os docentes não são competentes, que os alunos se divertem demais, em vez de aprenderem, que o sucesso universitário é uma praga que não podemos combater, etc.

Naturalmente que não podemos ficar por essas tristezas dolorosas, porque VV. Ex.<sup>as</sup> é que estão aí para acorrer às dificuldades, e vir cá dizer isso, como justificação das dificuldades, não nos leva a parte alguma.

Quanto aos *plafonds* — e V. Ex.<sup>a</sup> referiu-os com o seu optimismo —, os reitores dizem: pode adiantar-se que o Orçamento corrigido de 1991 está avaliado por defeito. Entre outros aspectos: está calculado por forma a não integrar, em todos os casos e para as várias universidades, não apenas a de Coimbra, os reforços para pessoal resultantes da aplicação de novos escalões; a não incluir os reforços necessários para satisfazer os encargos que antes eram suportados pela ADSE e que, com a autonomia universitária, passaram a ser suportados pelas universidades, muito embora o pessoal continue a descontar para ela; a não incluir os reforços necessários para pagar dívidas relativas ao ano de 1991, associadas a encargos com instalações, água, electricidade, telefone, etc., dívidas essas que ficaram por pagar por o Ministério das Finanças desviar verbas de funcionamento das universidades para pagar os vencimentos do pessoal, não repondo a situação.

Tudo isto sem procurar saber se essas verbas estariam ou não comprometidas.

Só para dar a ideia da possível extensão da subavaliação das despesas relativas ao ano de 1991 na Universidade Técnica de Lisboa, devo dizer que as necessidades de reforços para cobrir os gastos do ano findo ultrapassaram 250 000 contos no Orçamento do Estado para 1991, estimado em 8,163 milhões de contos. Significa isto que o aumento percentual do orçamento da Universidade Técnica de Lisboa para 1992, em relação ao de 1991, que o Ministério estima neste momento em 5,7%, seria, quando muito, 2,5%.

É criticável que, apesar de o Governo já ter estabelecido o limite mínimo de aumento nos vencimentos da função pública — estão em discussão 6,5%, podendo ir, segundo parece, até aos 7%, embora os sindicatos peçam 15% —, não incorpore imediatamente, ao menos até ao limite que, de qualquer forma, está disposto a dar, as verbas necessárias ao orçamento.

É inaccitável que se repita em 1992 o que aconteceu no ano transacto, em que se levou até Dezembro o processo de repor no orçamento a diferença derivada do aumento de vencimentos, processo que, afinal, transita para 1992, o que, de resto, já acontecera também em 1990, com os reforços derivados do novo sistema retributivo.

Por outro lado, é criticável que se imponha um limite de 8% de aumento no orçamento, para manter os salários reais, quando todos sabemos que a inflação em 1991 ultrapassou 10%.

É isso que, textualmente, o conselho de reitores critica em relação aos *plafonds* que V. Ex.<sup>a</sup> referiu.

Se quiser responder a estas críticas, ficar-lhe-ia grato.

(O orador reviu.)

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos: — Sr. Deputado Narana Coissoró, entristece-me ver que não se procure compreender a natureza do problema. Acabei de apresentar alguns indicadores que revelam que a situação não está má.

Sr. Deputado, as universidades são autónomas!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Dependem do Orçamento em 80%, disse V. Ex.<sup>a</sup>!

O Orador: — Sr. Deputado, neste momento, não há instrumentos — e vamos ajudar a criá-los! — que obriguem as universidades a prestar contas da sua situação a quem quer que seja, pela situação que acabei de expor. Não há!... Mas também não vejo os Srs. Reitores preocupados! Se calhar, estão, mas não é isso o que transparece para a opinião pública; pelo contrário, transparecem permanentemente as insuficiências de natureza financeira.

Por outro lado, também não consigo perceber como é que um orçamento cresce 22%, de um ano para o outro, absorve todas as componentes incrementais acordadas com os Srs. Reitores e ainda há falta de dinheiro. Além disso, a despesa com pessoal cresce 25% e, se calhar, há universidades a quem foi retirado dinheiro para poderem ser pagos salários a docentes de outras universidades.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — A minha escola!...

O Orador: — Sr. Deputado, temos de estabelecer metodologias de trabalho e é isso que estamos intessados em fazer. Assim, ou falamos nas universidades todas como uma só entidade ou vamos falar em cada uma isoladamente.

Agora, não podemos é ser responsabilizados por qualquer interferência que não temos, nem queremos ter, pois respeitamos plenamente a autonomia universitária, a não ser que se verifiquem grandes dificuldades que impeçam essa entidade de assumir a coordenação plena das dificuldades das várias universidades e, nesse caso, iremos conversar e trabalhar com cada uma delas individualmente.

Sr. Deputado, penso que este problema é delicado e deve merecer a reflexão de todos: o orçamento cresceu 22%, absorveu todas as componentes incrementais de expansão do sistema, a componente pessoal cresceu 25% e, como o Sr. Deputado sabe, o aumento salarial foi de 13,5% e a inflação foi de 10%, 11% ou 12%.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que ainda não tenho números relativos a 1991, mas também fico preocupado e sinceramente não compreendo — e nestas coisas o que é preciso é compreender para encontrarmos as soluções — como é que se diz que há falta de dinheiro e que há dívidas se transitaram saldos de 1990 para 1991 no montante de 0,5 milhões de contos!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não em todas as universidades!

O Orador: — Sr. Deputado, transitaram saldos de 1990 para 1991 no conjunto das universidades; obviamente que houve algumas em que tal não aconteceu.

Isto faz-me lembrar — se me permite esta informalidade — aquela história dos pastéis de nata em que vamos



os dois a uma pastelaria e eu como quatro pastéis e o Sr. Deputado não come nenhum. Comemos em média dois, mas, se calhar, o meu médico diz-me que eu não devia comer nenhum e que o Sr. Deputado é que devia comer os quatro.

Temos de tentar estabelecer uma metodologia e ajudar a encontrar mecanismos de trabalho com as universidades, porque senão somos cativos. E qualquer governo, seja este, seja o anterior, seja o futuro, é cativo de um mecanismo que não tem ciclos fechados. O que queremos fazer é, gradualmente, no dia-a-dia, trabalhando junto das universidades, ajudar a encontrar esses instrumentos.

Sr. Deputado, nós vamos fazer isso. Temos trabalhado pelas universidades, pois não queremos olhar para o passado mas, sim, compreender a razão desses números e ter a sua percepção. Penso que deve haver uma consciência nacional das dificuldades que estes números fazem transparecer, que devemos olhar para o futuro e que devemos trabalhar e ajudar a encontrar com as universidades os mecanismos mais apropriados para corrigir essas situações.

Há iniciativas que estão a ser lançadas, vamos começar a trabalhar universidade por universidade, por forma a poder garantir junto de cada uma os instrumentos mais apropriados e mais específicos à sua especificidade para as ajudar a ultrapassar todas as suas dificuldades e, desta forma, ajudar também o País a vencer os desafios que se colocam no plano da integração plena europeia.

**O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares** (Luís Filipe Menezes): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares?

**O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares:** — Para fazer uma breve interpelação à Mesa, que tem a ver com as observações que o Sr. Deputado Narana Coissoró fez ao facto de o Governo se fazer representar, na resposta a esta pergunta do CDS, pelo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos e não pelo Sr. Ministro da Educação.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

**O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, penso que a observação que o Sr. Deputado Narana Coissoró fez é extremamente injusta. Não vou aqui lembrar que cabe ao Governo escolher, nos termos regimentais e constitucionais, quem o representa neste instituto parlamentar, não vou lembrar que o Governo tem respondido a quase 100% das perguntas solicitadas pelos partidos da oposição e também não vou lembrar que ainda não houve qualquer debate — dos ditos debates nobres — em que o Sr. Ministro da Educação tivesse a oportunidade de intervir. Um desses debates vai acontecer já num futuro próximo, por iniciativa do PS, numa interpelação de política geral centrada na política de educação. Nessa altura, certamente, estará cá o Sr. Ministro da Educação.

Mas vou lembrar ao Sr. Deputado Narana Coissoró uma outra questão, essa, sim, importante para que este instituto das perguntas ao Governo funcione de uma forma adequada: é que os partidos da oposição também têm

obrigações regimentais e têm de cumprir os prazos que estão estabelecidos no Regimento para entregarem, na Mesa da Assembleia, as perguntas que entendem fazer ao Governo.

Acontece que o CDS se atrasou três dias, isto é, entregou as perguntas três dias após o período regimental instituído e nós já tínhamos apazada uma reunião do Sr. Ministro da Educação com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura para esta mesma hora. Se o CDS tivesse cumprido o prazo, entregando até sexta-feira passada, a sua pergunta ao Governo, o Sr. Ministro da Educação teria vindo aqui previamente e nós teríamos marcado para alguns minutos ou meia hora depois a reunião com a referida Comissão.

Portanto, o Governo está disponível para cumprir escrupulosamente a Constituição e o Regimento, mas também pensa que os partidos da oposição o devem fazer.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Presidente, gostaria de, muito brevemente, dizer que não pus em causa o procedimento adoptado pelo Governo e de referir que, aquando da discussão do Programa do Governo, momento nobre para a discussão desta problemática, este tema não foi abordado devido ao silêncio do Sr. Ministro da Educação.

Contudo, V. Ex.<sup>a</sup> poderia também ter dito que o Sr. Ministro não poderia estar hoje aqui presente e que assim esta pergunta transitaria para a próxima semana, isto se o CDS insistisse na presença daquele membro do Governo.

Na verdade, a presença que pretendemos do Sr. Ministro não é importante apenas para o meu partido mas, sim, para todos os que se interessam por estas matérias, nomeadamente o conselho de reitores, que hoje está reunido no Funchal.

Por isso, parece-me despropositado que V. Ex.<sup>a</sup> tenha feito referência ao facto de o CDS se ter atrasado na entrega da pergunta que pretendia formular ao Governo.

**O Sr. Presidente:** — Para formular uma pergunta ao Sr. Ministro da Saúde, de entre as duas que tem para fazer, tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

**O Sr. João Rui de Almeida (PS):** — Sr. Presidente, se me permite, gostaria de, em primeiro lugar, interpelar a Mesa.

Se bem entendi, irá ser tratado um assunto e depois o outro, uma vez que são duas matérias completamente diferentes.

**O Sr. Presidente:** — Exactamente, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Sr. Presidente, nesse caso e antes de iniciar a pergunta, gostaria de fazer uma nota introdutória, dado que este assunto já há algum tempo vem sendo objecto de preocupação por parte do PS.

*Neste momento a sessão foi interrompida por falta de energia eléctrica.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, estamos já em condições de reiniciar os nossos trabalhos, pelo que dou,

de novo, a palavra ao Sr. Deputado João Rui de Almeida para formular uma pergunta ao Sr. Ministro da Saúde acerca dos doentes hemofílicos e do sangue que lhes tem sido administrado.

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde: Seja-me permitido fazer uma nota introdutória dado que este assunto assim o exige.

O PS traz esta questão, que é extremamente importante, à Assembleia da República porque pensamos que sobre ela não deve pairar qualquer dúvida ou suspeita.

Assim, decidimos esclarecê-la em sede própria, como é natural, com a seriedade e a responsabilidade exigidas para o caso presente. Porém, dada a natureza, o melindre e a gravidade desta matéria, pensamos que ela deve ser abordada sem alarmismos irresponsáveis e injustificáveis. Por isso, no início da minha intervenção, e antes do mais, gostaria de afirmar nesta Assembleia da República — e através dela informar o público em geral, particularmente os doentes hemofílicos — que é nossa convicção que, neste momento, em Portugal, podem confiar inteiramente nos meios de controlo de que os hospitais públicos dispõem para administrar concentrados de sangue.

O problema que nos traz hoje aqui vem de 1985, 1986 e 1987, mas tem consequências actuais — não sabemos se futuras —, por isso continua a ter actualidade.

Razões que se colocam acima da disputa político-partidária e se inscrevem nas razões de Estado e nas de solidariedade humana e até de ética e moral obrigam-nos a esclarecer esta questão, a assumir responsabilidades e reparar danos eventualmente causados.

Sr. Ministro da Saúde, a Associação Portuguesa dos Hemofílicos afirma que doentes hemofílicos contraíram sida porque os serviços públicos de saúde forneceram-lhes concentrados de sangue infectados com esse vírus, apesar dos insistentes alertas que esta Associação dirigiu a responsáveis pela saúde pública.

Façamos, então, o resumo dos principais acontecimentos: em Outubro de 1985, a Associação Portuguesa de Hemofílicos teve conhecimento, através de uma revista austríaca da especialidade, de que a empresa austríaca Plasmapharm tinha sido impedida pelo Governo Austríaco de vender produtos derivados do sangue, por estes não oferecerem credibilidade suficiente para serem utilizados.

Em Novembro de 1985, a mesma Associação dirigiu uma carta à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, solicitando-lhe uma audiência que nunca foi concedida, dando-lhe conta das suas preocupações quanto à necessidade de serem tomadas medidas mais rigorosas no controlo laboratorial para proteger este grupo de alto risco de contrair a sida.

Nessa altura, a denominada Comissão de Adjudicação Inter-Hospitalar do Ministério da Saúde comprou concentrados de sangue à tal empresa austríaca para tratamento dos hemofílicos portugueses, justificando essa compra, aparentemente, por se tratar de um dos fornecedores mais baratos do mercado internacional.

Em Janeiro de 1986, a Associação Portuguesa dos Hemofílicos enviou uma carta ao então director do Instituto Português do Sangue, Dr. Pedro Franco — também membro da Comissão de Adjudicação Inter-Hospitalar —, alertando para o facto de o Ministério da Saúde Austríaco ter mandado retirar do mercado os produtos da referido empresa, enviando simultaneamente o documento do Ministério da Saúde Austríaco que proibia a utilização desses produtos.

Embora conhecedora da gravidade da situação, a referida Comissão insistiu na adjudicação a esta mesma empresa de vários lotes para o 1.<sup>o</sup> semestre de 1986. Em Maio desse ano, a Associação Portuguesa dos Hemofílicos, conhecedora deste facto, solicitou que esses produtos fossem devidamente analisados antes de serem utilizados nos hospitais portugueses, propondo ao Ministério da Saúde que fosse feita uma «análise cega» aos referidos lotes em laboratórios fora do País, o que não foi aceite.

Nesse mesmo mês a Associação Portuguesa dos Hemofílicos obteve um documento autenticado pelo Governo Austríaco, dado que isso lhe tinha sido pedido pela Comissão para garantir a sua autenticidade, o que foi entregue ao Ministério da Saúde Português.

Apesar de todos estes alertas e de documentos autenticados, os responsáveis efectuaram mais duas adjudicações à referida empresa austríaca. Face à recusa do Ministério da Saúde em mandar efectuar as «análises cegas» a estes produtos, a Associação Portuguesa dos Hemofílicos decidiu e assumiu a responsabilidade, com o apoio da directora do Centro de Hemofilia dos Hospitais Cívicos de Lisboa, de enviar as amostras para um laboratório oficial austríaco.

Enviadas as amostras em Novembro de 1986, o laboratório utilizou três métodos diferentes de análise e ambas as amostras do infelizmente célebre lote 810 636 apresentaram resultados positivos para a sida, além de não terem as unidades internacionais do factor VIII que constava da proposta.

Bem, então, e como era de esperar, uma verdadeira bomba rebentava no seio dos hemofílicos portugueses e, a 10 de Dezembro de 1986, a Associação Portuguesa dos Hemofílicos entregava em mão à Comissão de Adjudicação Inter-Hospitalar os resultados destas análises.

Face a esta situação dramática, a Associação Portuguesa dos Hemofílicos informou, em três dias, todos os hospitais públicos da gravidade da situação, transmitindo-lhes o conhecimento de que as análises eram positivas, mas o Ministério da Saúde só deu a sua informação passados dois meses e meio, isto é, em 27 de Fevereiro de 1987.

Perante estes acontecimentos, o Ministério da Saúde veio publicamente enjeitar responsabilidades na matéria. V. Ex.<sup>a</sup> afirmou, entretanto, em entrevista à rádio, que quem se sentisse lesado deveria recorrer aos tribunais e mais tarde nomeou uma comissão de inquérito para investigar as queixas da Associação Portuguesa dos Hemofílicos e dar uma resposta em 60 dias.

A primeira questão que lhe coloco, Sr. Ministro da Saúde, é a de saber se confirma ou não os factos ocorridos, sendo certo que a documentação existente no Ministério poderá certamente fornecer mais dados sobre o caso.

Acontece que em meados do passado mês de Dezembro o Ministério da Saúde rejeitou qualquer responsabilidade nesta matéria, mas, passados alguns dias, V. Ex.<sup>a</sup> — e bem — nomeou uma comissão de inquérito para investigar as queixas da Associação Portuguesa dos Hemofílicos. Correspondem estes factos — é a segunda pergunta que lhe faço — a uma mudança de atitude por parte do Ministério da Saúde, no sentido de querer avaliar a situação com mais profundidade, ou V. Ex.<sup>a</sup> teve acesso a novas informações que suscitaram a necessidade de nomear uma comissão de inquérito para total esclarecimento da situação?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder às perguntas formuladas, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Arlindo de Carvalho): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Rui de Almeida: Fico muito satisfeito por verificar que o Partido Socialista, através do Sr. Deputado, refere, com grande tranquilidade e serenidade, que hoje todos os produtos sanguíneos recolhidos e transfundidos em Portugal são de inteira qualidade e oferecem segurança aos Portugueses. Esse é, do meu ponto de vista, um aspecto extremamente importante, porque esta questão deve ser colocada, como muito bem disse, acima dos interesses meramente partidários, colocando-se, isso sim, ao nível dos interesses do Estado, sem alarmismos e com grande rigor.

Em relação às questões que o Sr. Deputado levantou, começo por afirmar uma coisa que é muito importante e que, aliás, já foi objecto da pergunta formulada: é que estamos a tratar de um caso que se teria eventualmente passado em 1985 e 1986, ou seja, há cerca de seis anos, e é preciso referir que nessa altura o conhecimento do fenómeno era ainda um pouco difuso. Conhecia-se a sida, mas apenas o HIV 1, não o HIV 2. Não havia ainda, por parte quer das autoridades internacionais quer das nacionais, a noção clara da dimensão e da gravidade desse mesmo fenómeno e, sobretudo, do dramatismo que eventualmente viria a causar nos anos sucessivos.

Não quer isto dizer que logo em 1985 e 1986 as autoridades portuguesas não tivessem estado atentas a este assunto. Saliento que em 1986 a importação do factor VIII foi desde logo mandada efectuar através de uma comissão especializada de peritos, sobretudo de peritos em imunohemoterapia, que se encarregavam de proceder à análise das propostas, retirando efectivamente esta aquisição dos concursos gerais do Ministério da Saúde. Por isso mesmo, demonstra-se logo aqui uma primeira preocupação por parte das autoridades portuguesas.

Além disso, foi formado, também por essa altura, o Grupo de Trabalho da Sida, que se encarregaria logo de analisar toda a situação, alertar os profissionais de saúde e as autoridades e, ao mesmo tempo, chamar a atenção da população para as acções de prevenção que seria necessário tomar em relação ao desenvolvimento do HIV 1.

Gostaria de referir que tanto o primeiro grupo de trabalho, constituído por imuno-hemoterapeutas, como o Grupo de Trabalho da Sida acompanharam este processo — o processo que agora é posto em dúvida — com todo o cuidado, não querendo eu questionar a autoridade dessas personalidades. Devo lembrar a propósito, porque é importante fazê-lo, sobretudo numa altura em que se encontra gravemente doente, a Professora Laura Ayres, que já na altura era a presidente do Grupo de Trabalho da Sida. Ninguém porá em dúvida certamente o empenho que ela tem manifestado neste assunto, desde o seu início até agora.

Quero também dizer que efectivamente as autoridades portuguesas estiveram atentas ao processo. Repare o Sr. Deputado que logo em 1986 foi tornada obrigatória, através de um despacho mandado publicar pela minha antecessora, a pesquisa dos anticorpos de HTVL 3 em todos os produtos recolhidos e transfundidos em Portugal. Em 1989, igualmente através de um despacho publicado, Portugal foi pioneiro — é importante que se saliente isto — na obrigatoriedade da realização de testes aos anticorpos do HIV 2, vírus que, como se sabe, foi descoberto mais tarde.

Accentuo que ao longo de todo este processo as autoridades portuguesas manifestaram uma enorme responsabilidade e tiveram sempre em conta todos os aspectos fundamentais para evitar a proliferação da doença e, ao mesmo tempo, alertar a população nas acções de prevenção. É mesmo importante dizer que quando foram postos em causa os dois lotes a que o Sr. Deputado se referiu as autoridades portuguesas, logo que foi oportuno, retiraram-nos do mercado, para restabelecer a confiança nos receptores de factor VIII. Mas não ficou provado nessa altura, como não está provado neste momento, que aqueles lotes de factor VIII estivessem infectados.

Com efeito, existem documentos, na posse da Associação Portuguesa dos Hemofílicos, que referem que um laboratório austríaco haveria confirmado que um dos lotes estava contaminado. Em todo o caso, há documentos na posse do Instituto Português do Sangue que dizem que o resultado das análises desses lotes efectuadas em Portugal por laboratórios oficiais, na altura a pedido do Instituto Nacional do Sangue, é negativo quanto ao HIV 1, que efectivamente havia estado em causa nesse momento.

Por isso mesmo, a questão que agora é colocada é a de fazer fé numa ou noutra análise. É por isso que o Ministério da Saúde entende que o processo é complicado. O processo tem tido uma evolução especial noutros países, concretamente noutros países comunitários. Conhecemos bem essa evolução. A evolução que ele está a ter em Portugal pode até ser uma evolução por simpatia. Não posso pôr em causa que não se avance e que a Associação Portuguesa de Hemofílicos não tenha todo o direito de avançar nesse processo, mas, em todo o caso, entendo que deveremos levar até ao fundo o aprofundamento desta questão.

Por esse motivo, o Ministério da Saúde, para retirar todas as dúvidas, nomeou recentemente um grupo de trabalho — saliento que se trata de um grupo de trabalho e não de uma comissão de inquérito — constituído por representantes de instituições idóneas, designadamente da Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue, da Ordem dos Médicos, do Instituto Português do Sangue, da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida e eventualmente do Conselho Nacional de Ética e Ciências para a Vida, que terá por objectivo aprofundar a leitura de toda a documentação e, eventualmente, de alguns elementos que ainda existam. Refiro-me a frascos desse lote de 1986, pois, pelo menos, um deles está depositado no Instituto Português do Sangue.

Espero que este grupo de trabalho, que será composto por pessoas idóneas e de reconhecido mérito, venha colocar um ponto final nesta matéria em função dos elementos que lhe for possível analisar.

Por outro lado, o grupo tem também uma outra função: a de analisar os procedimentos de segurança que estão actualmente em curso nas nossas unidades e estabelecimentos de saúde. É importante que a confiança dos Portugueses, a confiança dos doentes, não seja molestada e afectada pelo facto de se estar, neste momento, a pôr em causa uma questão que se colocou em 1986.

Esses dois objectivos, que estão atribuídos ao grupo de trabalho que nomeei recentemente, serão de molde a esperar que, 90 dias após a constituição do grupo de trabalho, que se encontra em curso, este nos possa tranquilizar em relação a tudo o que se passou nesse período.

Em todo o caso, gostaria de salientar que os aspectos humanos dos hemofílicos portugueses são para nós muito importantes, tocam-nos de sobremaneira e, por isso mesmo,

não só em relação aos hemofílicos como em relação a todos os outros grupos de risco, o Governo está, claramente, decidido a tomar as medidas necessárias no sentido de minorar os problemas que os afectam.

Sr. Deputado, penso ter dado uma resposta suficientemente esclarecedora às questões que me colocou.

Estou certo de que o País saberá compreender que, neste momento, não há razões para duvidar dos produtos sanguíneos que estão a ser transfundidos nos hospitais portugueses e que, se fomos pioneiros em 1989 na obrigatoriedade do despiste do HIV 2, seremos certamente pioneiros, se for possível, na adopção de novas técnicas, logo que elas, eventualmente, sejam descobertas.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, estamos novamente com problemas de energia eléctrica, pelo que vamos interromper a sessão por alguns momentos.

*Pausa.*

Srs. Deputados, estão reunidas as condições para continuarmos.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

**O Sr. João Rui de Almeida (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde: Em 20 de Abril de 1988 esta questão dos hemofílicos foi levantada aqui na Assembleia da República aquando do pedido de inquérito parlamentar sobre colheitas e transfusões de sangue. Na altura o assunto não foi tratado com a profundidade que hoje está a ser, mas a ministra então responsável pelo Ministério da Saúde informou que dentro de pouco tempo teria dados minuciosos sobre o que se passava e que, portanto, daria depois conhecimento à Câmara de toda esta situação.

A questão que gostaria de colocar ao Sr. Ministro é a de saber se, de facto, tem conhecimento do resultado deste inquérito feito em 1988 pela Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde e quais foram os resultados.

**A Sr.<sup>a</sup> Conceição Castro Pereira (PSD):** — Foi lido aqui!

**O Orador:** — A outra questão que gostava de deixar aqui bem clara é a seguinte: Sr. Ministro da Saúde, o PS, ao ter conhecimento de que V. Ex.<sup>a</sup> produziu as afirmações que há pouco referi, ou seja, de que quem se sentisse lesado recorresse aos tribunais, porque o Ministério da Saúde rejeitava qualquer tipo de responsabilidade, discordou completamente desta posição e pensou que o Governo estava a tratar os hemofílicos como quem trata a oposição, ou seja, não os ouve, nunca têm razão e está antecipadamente contra.

Com efeito, Sr. Ministro, a Associação Portuguesa dos Hemofílicos não é nenhum partido da oposição.

**Vozes do PSD:** — Ninguém disse isso!

**O Orador:** — É uma associação particular de solidariedade social — e ainda por cima numa área extremamente importante.

Verificamos, hoje, que o Sr. Ministro tem uma posição um bocadinho diferente, o que nos satisfaz ouvir, porque, de facto, há uma disponibilidade do Ministério da Saúde em aprofundar esta questão e evitar respostas do tipo «quem se sente lesado vai para os tribunais», rejeitando qualquer tipo de responsabilidade.

Vamos aguardar, com o cuidado que é devido a esta questão, os resultados do inquérito e gostaríamos que, depois, o Sr. Ministro nos enviasse para a Assembleia da República uma cópia de todo o processo, que será, certamente, elaborado no prazo de 60 dias.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro para responder, se assim o entender.

**O Sr. Ministro da Saúde:** — Sr. Presidente, em relação à primeira questão que o Sr. Deputado coloca, ou seja, se o Ministro da Saúde tem conhecimento de um inquérito que foi levado a efeito em 1988, obviamente que sim, que o Ministro da Saúde tem conhecimento desse inquérito, trouxe-o mesmo para aqui, para o caso de ser necessário esclarecer algumas dúvidas, e já o leu com todo o cuidado que ele merece.

Em todo o caso, sempre seria bom notar que este inquérito não se refere, exclusivamente, a este caso, é um inquérito geral às instituições do Ministério no sentido de averiguar se as instituições estão a cumprir os despachos que tinham sido efectuados pelas autoridades da altura.

Quanto à questão da minha resposta à Associação Portuguesa de Hemofílicos, penso que foi uma resposta como a de qualquer dirigente político num Estado de direito; obviamente, que os aspectos humanitários devem estar sempre acima destas matérias e, em todo o caso, num Estado de direito os tribunais são sempre, em caso de dúvida, o órgão legítimo para tirar essas dúvidas.

Por isso mesmo, a minha resposta não foi no sentido de tratar a Associação Portuguesa de Hemofílicos como um agente da oposição, antes pelo contrário, foi uma resposta no sentido de lhes dizer que, dado que o caso se arrasta há cerca de seis anos, talvez não fosse despropositado esclarecê-lo com as entidades competentes.

Em todo o caso, devo dizer-lhe que, independentemente das acções que vierem a ser desenvolvidas pela Associação Portuguesa de Hemofílicos nos tribunais ou noutras instâncias, o Ministério da Saúde não deixará de analisar, com todo o cuidado, o relatório e as conclusões que nos forem entregues pelo grupo de trabalho que agora foi nomeado e, certamente, o Sr. Deputado verá satisfeito o seu pedido.

**A Sr.<sup>a</sup> Leonor Beleza (PSD):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Leonor Beleza (PSD):** — Sr. Presidente, o Sr. Ministro da Saúde respondeu cabalmente às questões que lhe foram colocadas, mas a Câmara compreenderá, certamente, que algumas informações que, porventura, neste momento só eu detenha devam ser fornecidas por esta via, dada a gravidade e o melindre das mesmas.

Quero apenas dizer duas coisas: a primeira tem a ver com o momento em que foram retirados, dos serviços do Ministério da Saúde, produtos que pudessem oferecer qualquer dúvida. Lembro um despacho, já aqui referido pelo Sr. Ministro, de Abril de 1986, que mandou que todos os produtos derivados do sangue fornecidos em instituições fossem em Portugal devidamente analisados. Tal despacho, de Abril de 1986, que foi proferido cá primeiro do que noutros países, mandava que todos os produtos existentes em serviços que não tivessem sido submetidos a análise fossem retirados.

A segunda tem a ver com o inquérito que, como o Sr. Ministro respondeu, foi realizado, mas há mais!

Eu mesma anunciei aqui, nesta Câmara, esse inquérito quando era ministra da Saúde, no dia 20 de Abril de 1988, quando foi discutida a possível realização de um inquérito parlamentar sobre estas questões. Nessa altura, disse que tinha mandado fazer o inquérito e acontece que, no dia 10 de Novembro de 1988, neste Plenário, li aos Srs. Deputados que quiseram ouvir as suas conclusões.

Portanto, tais conclusões são públicas, foram aqui lidas; não me parece haver qualquer razoabilidade para que alguém, neste momento, ponha em dúvida que o relatório foi feito e que as conclusões são conhecidas.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Sr.<sup>a</sup> Deputada, embora a sua intervenção não fosse uma interpelação à Mesa, suponho que era um esclarecimento necessário, e nessa qualidade assim a Mesa o recebeu.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

**O Sr. João Rui de Almeida (PS): —** Sr. Presidente, pretendo utilizar a palavra nos mesmos moldes em que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Leonor Beleza o fez.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Leonor Beleza, li o *Diário da Assembleia da República* da data em que ocorreu o debate — aliás, eu até estive presente — e ele não relata a leitura do relatório desse inquérito. Ou melhor, é mais tarde, e eu na altura não tive de facto conhecimento desse inquérito.

Mas o processo causa alguma perplexidade porque, entretanto, o actual Ministro da Saúde manda instaurar outro inquérito, que seria perfeitamente escusado, se o que V. Ex.<sup>a</sup> mandou instaurar tivesse toda a credibilidade. Andamos de inquérito em inquérito, o que nos parece completamente descabido.

Em relação à retirada dos produtos concentrados de sangue, só em Fevereiro de 1987 é que o Ministério da Saúde informa os hospitais públicos que devem retirar os lotes que tinham sido identificados como sendo positivos.

Penso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se está a referir a outra questão. Com efeito, o Ministério da Saúde toma esse cuidado, mas é, precisamente, nos lotes que foram estudados que aparece o tal lote positivo. Esta é que é, enfim, a questão fundamental que levanta dúvidas não só a nós como a muita gente.

O problema está exactamente no facto de, após a Sr.<sup>a</sup> Deputada, enquanto ministra da Saúde, ter mandado retirar os lotes que não haviam sido estudados, em Maio de 1986, ter sido encontrada positividade ao teste do vírus da sida precisamente nos lotes que ficaram, ou seja, nos que era pressuposto terem sido estudados.

**O Sr. Presidente: —** Srs. Deputados, antes de dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Leonor Beleza, para dar explicações sobre a matéria, gostaria de pedir que, com esta intervenção, termine este pequeno incidente.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Leonor Beleza (PSD): —** Sr. Presidente, agradeço muito a sua benevolência, mas certamente toda a gente compreenderá que neste caso se saia um pouco das regras habituais.

Sr. Deputado João Rui de Almeida, o relatório a que me referi e que disse ter aqui anunciado era o relativo à situação nos serviços de sangue, que não tinha a ver especificamente com a situação dos hemofílicos. Mas, obviamente, tinha a ver com essa questão, porque a garantia do sangue não estar infectado interessa a todos e, em particular, àqueles que recebem com muita frequência produtos derivados do sangue.

O que eu aqui disse, repito, no dia 20 de Abril de 1988, foi que tinha mandado instaurar um inquérito na sequência de certas declarações que levantavam dúvidas sobre o que se passava nos serviços de sangue. Foi a esse inquérito que o Sr. Deputado se referiu há momentos e foram os seus resultados que eu, repito, li no Plenário da Assembleia do dia 10 de Novembro de 1988, pelo que constarão, certamente, do respectivo *Diário*.

Portanto, o inquérito a que me referi não tinha especificamente a ver com a investigação sobre a situação dos hemofílicos. Em relação a esta questão e à retirada do respectivo lote nada tenho a acrescentar sobre o que foi dito no que se refere ao facto de as análises darem uma coisa ou outra. O inquérito que mandei realizar não é especificamente sobre isso.

O que referi foi que quando era ministra mandei, em Abril de 1986, retirar dos serviços de saúde tudo aquilo que não tinha sido analisado, o que, obviamente, abrangia não só esses lotes como outros quaisquer produtos derivados do sangue que existissem em serviços hospitalares naquelas condições.

A razão por que mais tarde o Ministério da Saúde deu instruções no sentido de serem retirados determinados lotes foi para restabelecer completamente a confiança das pessoas em relação aos que haviam sido questionados. Foi exclusivamente por isso, mas já antes eu tinha dado instruções para que tudo o que não tivesse sido analisado fosse retirado, o que consta de um despacho publicado, em Abril de 1986, no *Diário da República*.

Muito obrigado pela sua benevolência, Sr. Presidente.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Agostinho Lopes (PCP): —** Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente: —** Faça favor.

**O Sr. Agostinho Lopes (PCP): —** Sr. Presidente, penso que a discussão a que estamos a assistir mostra a necessidade, urgente, de se realizar um debate sobre a matéria, que, aliás, o PCP propôs oportunamente, porque, em minha opinião, as últimas intervenções da Sr.<sup>a</sup> Deputada Leonor Beleza não são necessariamente interpelações à Mesa, mas, sim, intervenções num debate que não foi aceite, o que lamentamos.

Pensamos ser, de facto, necessária a realização desse debate, com a participação de todas as forças partidárias.

**Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** A Mesa regista, Sr. Deputado,

Srs. Deputados, antes de passarmos à pergunta relativa ao corte de medicamentos a crianças com patologia de crescimento fornecidos pelo Hospital de Curry Cabral, informo a Câmara que vou ser rigoroso na observância dos tempos e figuras regimentais.

Para formular uma pergunta ao Sr. Ministro da Saúde, tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde: A administração do Hospital de Curry Cabral decidiu suspender o fornecimento, como é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, de medicação específica — chamada hormona do crescimento — a mais de uma centena de crianças portadoras de patologia de crescimento, que vinham sendo assistidas em consulta de especialidade neste Hospital.

Esta decisão foi tomada contra a opinião dos médicos responsáveis pelo sector, pois consideram que os doentes são criteriosamente seleccionados, a medicação é imprescindível em patologias bem definidas, como é o caso, e a sua suspensão acarreta consequências graves para as crianças atingidas.

A administração do Hospital alega não ter verbas disponíveis, no orçamento que o Ministério da Saúde lhe atribui, para suportar encargos tão elevados, agravados ainda pelo facto de o Hospital estar a tratar crianças que dizem não ser da designada área de atracção do Hospital.

Por sua vez, o Ministério da Saúde considera que esta questão não lhe diz respeito, pois considera-a um problema orçamental do próprio Hospital.

Sr. Ministro da Saúde, nos últimos anos, o conhecimento médico-científico destas doenças evoluiu significativamente, verificando-se uma afluência cada vez maior às consultas da especialidade nos hospitais, que, entretanto, se dedicaram ao estudo e tratamento das mesmas.

É disso exemplo o que se passa no Hospital da Universidade de Coimbra, em que o serviço de endocrinologia, face ao volume e à afluência tão grande destes casos à sua consulta de endocrinologia pediátrica e da adolescência, se viu na obrigação de criar uma subdivisão interna desta consulta, para tratar especificamente estes casos, com a designação de «consulta de auxologia», pensando mesmo alargá-la — segundo as últimas informações que tive — aos casos de insuficiência da hormona do crescimento, mesmo no adulto.

Quanto mais prestigiado é um serviço — e isso é natural —, maior é a afluência dos doentes. É o que se passa no Hospital de Curry Cabral, em que este serviço adquiriu um grande prestígio, pela qualidade de prestação do seu serviço, e, portanto, teve aí uma grande afluência a esta consulta.

A mesma realidade se vive noutros hospitais, em que determinados serviços adquirem um prestígio elevado — é o caso do serviço de cirurgia cardíaca do Hospital da Universidade de Coimbra — e passaram a ter uma grande afluência, mesmo de doentes que não vivem na designada área de atracção desse Hospital.

Também nestes casos haverá, certamente, uma sobrecarga do orçamento desses hospitais e até agora não temos conhecimento de que tenha havido um procedimento igual ao do Hospital de Curry Cabral.

Sr. Ministro, considera que esta situação que se vive num hospital público não diz respeito ao Ministério da Saúde? Caso a resposta seja afirmativa, pergunto: quais as soluções que o Ministério da Saúde tem previstas para solucionar esta situação?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. Ministro da Saúde: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a questão que nos é colocada, referente à hormona do crescimento que deixou de ser fornecida pelo Hospital

de Curry Cabral, deve enquadrar-se da seguinte forma: em primeiro lugar, os hospitais portugueses têm autonomia administrativa e financeira. No início de cada ano, os hospitais são dotados de um orçamento próprio, que cada administração deverá gerir da forma mais correcta, hierarquizando os consumos e os gastos.

Concretamente, no que respeita à questão do fornecimento da hormona do crescimento pelo Hospital de Curry Cabral, foi afectada uma verba no início de 1991 que contemplava não só a hormona do crescimento, como os medicamentos cancerígenos, o AZT para as pessoas afectadas pelo vírus da sida ou seropositivos e outros medicamentos muito específicos em quantidades menores.

Essa verba, destinada aos diversos serviços, foi desde logo distribuída e dito quanto é que cada serviço poderia, em princípio, gastar, para que os chefes de serviço hierarquiassem, ao longo do ano, as suas prioridades.

No caso concreto da hormona do crescimento, foi chamada a atenção, em tempo oportuno, do chefe de serviços da especialidade no Hospital de Curry Cabral para o facto de os gastos se estarem a aproximar, a uma velocidade superior à que seria normal, do *plafond* do montante que lhe havia sido fixado. Mesmo assim não teriam sido tomadas as medidas rectificativas adequadas e convenientes por forma a atenuar essa aproximação.

É fácil perceber que se o orçamento para a Saúde é aprovado, no início de cada ano, por esta Assembleia, cabe depois ao Ministério da Saúde distribuir as verbas orçamentadas pelas várias instituições, e como só muito raramente há reforços orçamentais, a não ser em circunstâncias anormais, o Ministério vê-se impossibilitado de acorrer a esta ou àquela situação considerada normal.

Ora, esta é não só uma circunstância normal, mas perfeitamente normal. É uma circunstância de rotina e deveriam ter sido tomadas as medidas adequadas pelos próprios serviços no sentido de atenuar ou corrigir a distorção em tempo oportuno, o que, efectivamente, não foi feito.

O Sr. Deputado João Rui de Almeida disse, há pouco, que no Hospital de Curry Cabral foi interrompida a medicação a mais de 100 crianças com patologia de crescimento. Gostaria de dizer-lhe que, segundo as estatísticas dos peritos nacionais e internacionais, a hormona do crescimento não deveria ser administrada, em Portugal — e refiro-me ao País inteiro —, a mais de 200 crianças, o que significa que a hormona do crescimento estaria a ser administrada em casos que não eram de absoluta necessidade.

Na verdade, a orientação dada a todos os serviços do Ministério da Saúde é a de que a hormona do crescimento só deve ser administrada em casos considerados de necessidade absoluta e não naqueles em que, eventualmente, pode fazer-se um tratamento diferente, menos dispendioso e mais curto. Por isso, a instrução que foi dada ao Hospital de Curry Cabral, aliás, como a que vai ser dada a todos os hospitais, é no sentido de que a hormona do crescimento deve ser administrada exclusivamente em casos de necessidade absoluta.

Por isso mesmo já foi consultada a Sociedade Portuguesa de Endocrinologia e também o colégio da especialidade em endocrinologia da Ordem dos Médicos. Estas duas entidades, conjuntamente com outros peritos que o Ministério da Saúde consultou, dão origem, a muito curto prazo, a um despacho que normalizará, seguramente, esta questão da administração da hormona do crescimento.

Em todo o caso, gostaria de referir alguns dados estatísticos para que não fiquem dúvidas de que no Hospital de Curry Cabral se verificou, provavelmente, algum desvio no que se refere à administração da hormona do crescimento, até porque o tratamento é feito em todo o País: na região Norte a 117 doentes; na zona Centro apenas a 29 doentes e só no Hospital de Curry Cabral, como referiu o Sr. Deputado, encontravam-se em tratamento mais de 100 crianças. Perante isto, não posso acreditar que essas 100 crianças tenham recorrido ao Hospital de Curry Cabral só pela fama que o respectivo serviço da especialidade granjeou ao longo dos anos. Certamente, não estariam, exclusivamente, a ser atendidos os casos de necessidade absoluta.

No entanto, posso informar que, dentro de pouco tempo, será proferido um despacho, depois de consultadas as entidades que já referi e obtidos os pareceres adequados, no sentido de normalizar esta situação, o que, creio, virá a ocorrer ainda durante o mês de Janeiro.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

**O Sr. João Rui de Almeida (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde: O problema que V. Ex.<sup>a</sup> agora levanta tem, de facto, algum melindre, porque coloca a questão de saber se o serviço hospitalar em causa é ou não credível, ou seja, se na base do diagnóstico e o posterior tratamento que ali são feitos existe ou não uma verdadeira consciência profissional.

Sinceramente, não me atrevo, sequer, a pôr em causa as afirmações de V. Ex.<sup>a</sup>, uma vez que o Sr. Ministro foi bem explícito ao dizer que há suspeitas e indícios de que talvez nem tudo esteja a acontecer correctamente naquele serviço, pondo mesmo em causa a idoneidade profissional do próprio serviço. Sobre esta questão, não posso pronunciar-me, porque não tenho quaisquer elementos, mas gostaria que o Sr. Ministro a esclarecesse mais profundamente e apontasse aquilo em que se baseia para fazer as afirmações de há pouco.

Com efeito, em relação a esta matéria, conheço a opinião de alguns elementos do serviço de endocrinologia do Hospital da Universidade de Coimbra e posso afirmar que eles têm o maior respeito pelo serviço de endocrinologia do Hospital de Curry Cabral e consideram-no muito responsável. Se o Sr. Ministro tem informações que põem em causa a idoneidade daquele serviço, então, talvez seja melhor dá-las a conhecer a esta Câmara.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

**O Sr. Ministro da Saúde:** — Sr. Deputado João Rui de Almeida, V. Ex.<sup>a</sup> está a ler nas minhas palavras o que eu não disse, pois nunca pus em causa, nem pouco mais ou menos, a idoneidade dos serviços.

De facto, referindo-me ao número que o Sr. Deputado apontou (100 crianças) — que, aliás, nem sequer está confirmado, certamente foi-lhe dado a conhecer pelo laboratório fabricante do produto, pois é ele que, sistematicamente, dá informações sobre o número de crianças sujeitas a esse tipo de tratamento —, o que eu disse foi que não estava correcto e volto a afirmar que está muito além do número real.

De qualquer modo, não ponho em causa a idoneidade do serviço e só o farei se, eventualmente, nele não se cumprirem os despachos que o Ministro da Saúde vier a proferir sobre esta matéria.

Com efeito, já referi que foram consultadas as entidades especializadas no sentido de se definir concretamente quais as condições de prescrição absoluta e volto a referir que nunca foi minha intenção pôr em causa a idoneidade do serviço hospitalar em causa. Quem a está a pôr em causa é o Sr. Deputado, ao indicar números que não estão correctos, pois os números que conheço não coincidem com os seus.

**O Sr. João Rui de Almeida (PS):** — É incrível, Sr. Ministro! Os números vieram publicados nos jornais!

**O Sr. Correia de Campos (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Correia de Campos (PS):** — Sr. Presidente, gostaria de interpelar a Mesa no sentido de solicitar aos Srs. Membros do Governo que, sempre que venham ao Plenário para responder a perguntas da Câmara, procurem informar-se mais cabal e objectivamente.

Hoje, aqui, assistimos a uma situação em que o Sr. Ministro da Saúde...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Correia de Campos, não posso permitir que continue no uso da palavra, porque não está a fazer uma interpelação à Mesa mas ao Governo.

Solicito-lhe, por isso, que interpele a Mesa, se assim o entender.

**O Orador:** — Sr. Presidente, gostaria de saber se a hierarquização das prioridades na administração dos cuidados de saúde não pode ser feita pelos próprios profissionais, então por quem é que ela deve ser feita, em situação de escassez de recursos?

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela formulação da pergunta, mas informo-o de que ela excede a competência da Mesa.

Vamos agora passar à pergunta seguinte que vai ser formulada ao Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Margarida Silva Pereira.

Tem, pois, a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Margarida Silva Pereira (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social: A pergunta que pretendo colocar-lhe insere-se no âmbito de uma novidade que surge na actual Lei Orgânica do Governo e que tem a ver com uma tutela, agora, pela primeira vez, assumida pelo Ministério de V. Ex.<sup>a</sup>

De facto, era já tradição das nossas leis orgânicas governativas que a comissão, inicialmente e durante muitos anos designada por Comissão da Condição Feminina e actualmente por Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres, fosse inserida no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros e — dizia-se também — directamente dependente do Primeiro-Ministro. Isto decorria da própria filosofia que presidia à natureza da comissão em causa. Foi sempre, até agora, uma comissão com funções marcadamente horizontais, uma co-



missão que não contende apenas com aspectos sectoriais, designadamente as questões bem importantes do trabalho/emprego, que, claramente, afectam as mulheres, mas com questões de vária ordem. O problema foi sempre assumido como sendo de natureza cultural e todas essas implicações eram também tratadas pela própria comissão.

Por que esse entendimento — aliás, como o Sr. Ministro muito bem sabe — corresponde ao próprio entendimento que o Partido Social-Democrata assume e inscreve no seu programa; a pergunta que lhe coloco é, justamente, a de saber se há alguma alteração, ao nível da concepção governativa, relativa a esta matéria.

Acresce a tudo isto o cumprir-me dizer, nesta ocasião, que o trabalho desenvolvido pela comissão, inicialmente designada por Comissão da Condição Feminina, e hoje por Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, foi, na nossa óptica, sempre um trabalho marcado por altíssima qualidade, produzido por técnicas de reconhecidíssima competência, factor, aliás, que sempre foi também bem sublinhado pelo Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, nas várias intervenções produzidas em acções do âmbito da Comissão da Condição Feminina, e factor ainda reconhecido, uma vez mais, pelo XI Governo Constitucional no momento em que decidiu, por via da atribuição de uma nova lei orgânica à comissão, o alargamento das suas competências e a dotação da mesma de meios para uma prossecução mais eficaz das tarefas de que estava incumbida.

No fundo, a razão da minha pergunta está em saber se alguma coisa foi alterada nesta matéria.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

**O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social** (Silva Peneda): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Resumindo, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a sua pergunta visa o problema da sediação deste organismo. Apesar de a Lei Orgânica ser uma matéria da exclusiva competência do Governo, tenho muito gosto em lhe dar um esclarecimento, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A resposta à sua pergunta é negativa. Queria afirmar que não há, por parte do Governo, qualquer intenção, nem ela se justificaria, em termos de fundamentação, de filosofia ou de campo de actuação dessa Comissão. Mas compreendo a sua preocupação e ela resulta muito mais de quem, preocupado com os problemas da Administração Pública e perante situações que tocam usualmente vários ministérios ou vários sectores, surge com uma hipótese de sediar esse problema junto do Primeiro-Ministro, pensando que desse modo se podem compatibilizar de uma forma mais harmoniosa os diferentes interesses sectoriais.

Mas hoje a vida vai mostrando que tudo influencia tudo e daria vários exemplos de outras políticas que têm manifestas repercussões intersectoriais, como a política da família que tem a ver com assuntos fiscais, com o ordenamento do território, com os transportes, com a habitação, com o trabalho. Enfim, julgo não haver nenhum sector da Administração Pública que não tenha algo a ver com esta política.

Se dei o exemplo da política da família foi porque ela também está na dependência deste Ministério, mas podia dar outros como por exemplo o problema da reabilitação dos deficientes. A questão da reintegração social da população deficiente é uma questão que também tem muito a ver com diversos ministérios.

Ora, o Ministério do Emprego e da Segurança Social é, digamos, o ministério dos assuntos sociais, tirando a parte da saúde, e daí a colocação desta Comissão na sua dependência. Todos os problemas de coordenação que existem ocasionaram, em tempos, decisões do Conselho de Ministros no sentido de encarregar o Ministro do Emprego e da Segurança Social de coordenar políticas, como, por exemplo, a política dos deficientes.

O que gostaria de garantir é que isso não pode significar, de modo algum, que a tarefa dessa Comissão vá ficar confinada a questões laborais, do mercado de trabalho e da formação profissional. Para isso existe outra comissão que funciona no Ministério, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, com essa função específica.

Assim, gostaria de garantir perante esta Câmara que esta decisão de inserção institucional, que pode ser revogada a todo o tempo, quando o Primeiro-Ministro o entender, não é uma decisão definitiva. O facto de a Comissão estar sob a tutela do Ministério do Emprego e da Segurança Social não significa qualquer intenção de revisão dos seus estatutos, nem da acção da excelente qualidade que vinha desenvolvendo.

É este esclarecimento que, com muito gosto, presto à Câmara.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Vamos ver pelos resultados. Não vejo as Sr.<sup>as</sup> Deputadas muito entusiasmadas com a sua explicação.

**O Sr. Presidente:** — Para formular uma pergunta, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Julieta Sampaio.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social: O Partido Socialista trouxe a esta Câmara, no anterior mandato, uma proposta legislativa que pretendia dotar a então Comissão da Condição Feminina de instrumentos eficazes que lhe permitissem intervir em matéria de fiscalização do cumprimento da legislação em vigor, assim como dos tratados internacionais aprovados em Conselho de Ministros e ratificados por esta Assembleia.

Porque era voz unânime, na Assembleia e no Governo, que a então Comissão da Condição Feminina vinha realizando, apesar do magro orçamento, um trabalho de grande importância na definição das políticas de igualdade, importava, segundo o então ministro da tutela, valorizar esse trabalho. O Sr. Ministro Dias Loureiro afirmou-o na Subcomissão, aquando da discussão do Orçamento de 1991 e realfirmou-o nesta Câmara em 8 de Março de 1991.

Grandes horizontes de valorização se abriam para o futuro de intervenção política da comissão. A expectativa foi enorme. Todos acreditámos que o Governo iria dotar esta Comissão de meios políticos que a nivelassem com as suas congéneres da Europa.

Realizadas que foram as eleições, o Governo não pôde tempo e, pelo n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 451/91, de 4 de Dezembro, decreta a mudança da tutela da Comissão da Presidência do Conselho de Ministros para o Ministério do Emprego e da Segurança Social.

Esta medida governamental não é só uma contradição, face a promessas anteriores, como representa um grave retrocesso político relativamente às orientações da Comunidade Europeia, que considera as questões de igualdade cada vez mais de âmbito intersectorial, não podendo ser restringidas à área do emprego e da segurança social.



A desvalorização política da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres é, por agora, um facto indementível. Temos alguma esperança que a sensatez imperc e lhe seja dada a dignidade, de nível europeu.

No entanto, outras preocupações se avolumaram e, por isso, as questões ficam.

Tenciona o Governo ponderar a questão política subjacente a esta mudança de tutela?

A Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres vai continuar a dispor de um orçamento próprio que lhe permita continuar a acção política que tem desenvolvido?

Como vai ser discutido na Assembleia da República esse mesmo orçamento?

Vai apresentar um plano de actividade próprio, intersectorial?

Finalmente, como vai o Governo cumprir a promessa, feita nesta Assembleia, da instalação de mais delegações, para além da já existente no Porto?

Sr. Ministro, medidas administrativas de orgânica do Governo não devem restringir áreas de intervenção política que têm a ver com direitos, liberdades e garantias.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Muito bem!

*Aplausos do PS e do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

**O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada: Queria tranquilizá-la relativamente a esta matéria, porque esta decisão de passagem da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres da Presidência do Conselho de Ministros para o Ministério do Emprego e da Segurança Social não vai afectar, em absolutamente nada, o trabalho de excelente qualidade que essa Comissão vinha desenvolvendo.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada parte de um erro e de um equívoco. Ao ler na Lei Orgânica que essa Comissão passaria para o Ministério do Emprego e da Segurança Social faz um raciocínio automático errado e conclui que a Comissão só vai tratar de assuntos laborais ou que tenham a ver com o Ministério do Emprego e da Segurança Social. Ora, isto não é verdade, pois a Comissão vai ter a competência total, tal como está definida na Lei Orgânica, e vai manter-se em funções.

O problema da inserção dos serviços nos diferentes ministérios é um problema da competência exclusiva do Governo e a Sr.<sup>a</sup> Deputada só pode pronunciar-se, como disse o Sr. Deputado João Amaral no seu aparte, sobre a eficácia desta política, ao fim de alguns meses, quando tiver oportunidade de analisar o trabalho dessa Comissão.

O que pretendo é garantir-lhe formalmente, perante esta Câmara, que essa decisão não tem nada a ver com a desvalorização, em termos de funções, que a Sr.<sup>a</sup> Deputada quer assinalar. É um problema de organização da Administração Pública, não podendo, por isso, retirar qualquer ilação de que a essa Comissão vai ver restringida a sua área de actuação ou as suas competências.

A política adoptada tem de ser uma política horizontal que toque em vários ministérios. É esse o pressuposto como, aliás, já tive oportunidade de afirmar à Sr.<sup>a</sup> Deputada do Partido Social-Democrata, a exemplo do que acontece com a política da família, sendo esta a que toca

mais sectores, ou seja, está inscrita no Ministério do Emprego e da Segurança Social, o que não quer dizer que o Ministério da Saúde, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ou o Ministério das Finanças não tenham a ver com ela.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — O meu receio é que o seu Ministério ainda receba a Brigada de Pára-Quedistas!...

**O Sr. Presidente:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Julieta Sampaio tem a palavra para pedir esclarecimentos.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Sr. Ministro, lamento muito, mas às questões concretas que lhe coloquei não me respondeu, nomeadamente à questão, extremamente importante, de quem é que nesta Assembleia vai discutir o orçamento da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Em relação às competências políticas, que têm a ver com ligações internacionais à ONU, à CEE, à UNESCO, quem vai representar nestas organizações o Governo? É o Sr. Ministro ou a presidente da referida comissão, que está demissionária, conforme refere a comunicação social — e, por algum motivo deve ser (talvez, porque sente que as suas atribuições políticas foram restringidas)?

Sr. Ministro, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, de que já falou, e que é do âmbito do Ministério do Emprego e da Segurança Social, foi recebida por nós quando a Subcomissão, no mandato anterior, estava em pleno funcionamento. Por intermédio da respectiva presidente foi-nos dito, muito categoricamente, que tinham apenas um papel consultivo e não deliberativo sobre questões essenciais relativas ao trabalho das mulheres e que nada podiam fazer porque os pareceres que davam tinham apenas um carácter de consulta e nada mais.

Por isso, Sr. Ministro, é muito mau que, de mandato em mandato, se vá restringindo a intervenção política na área da igualdade. Isto tem a ver, repito, com as acções que este Governo leva a cabo no âmbito da política de igualdade e, acima de tudo, com os direitos, liberdades e garantias.

É realmente lamentável que quando em Portugal se defendem os direitos humanos se esteja, neste capítulo, a restringir os direitos, liberdades e participação das mulheres na vida política. Não se trata só de uma questão de emprego, mas do acesso a todos os sectores da vida política portuguesa — é, assim, o cortar da cidadania.

Sr. Ministro, isto é que é importante, porque quando esta comissão deixa de ter a sua tutela na Presidência do Conselho de Ministros é óbvio que estamos perante um grande retrocesso face àquilo que se verificava no passado.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

**O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, perante a insinuação de que não respondi às suas perguntas, penso que fui muito claro em relação às questões que me colocou. Mas se V. Ex.<sup>a</sup> quer que vá ao promenor explicarei tudo de uma forma mais detalhada!

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Fica-lhe bem, pois fica gravado.

**O Orador:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando disse que tudo se passaria exactamente da mesma forma como nos anos passados, isso significa que a discussão do Orçamento se vai efectuar como anteriormente.

Esclareci a Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas V. Ex.<sup>a</sup> não quis entender que esta Comissão não vai ficar confinada às questões exclusivamente laborais. No entanto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada continua a deduzir isso!... Paciência, o que é que hei-de fazer?! Estou a dizer-lhe que não vai ser, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada parece que sabe mais do que eu relativamente às minhas intenções para dirigir esta área a nível do Governo. Estou a dizer-lhe, pela terceira ou quarta vez, que as competências da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres não vão ser afectadas, minimamente, em termos políticos e em termos das suas funções, relativamente ao passado.

Para terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, por causa de uma inserção orgânica de um serviço está a retirar ilações que são completamente infundadas.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — O futuro nos dará razão!

**O Orador:** — O ministro responsável pela área está a garantir, solenemente, perante esta Câmara, que a passagem da Comissão da Presidência do Conselho de Ministros para o Ministério do Emprego e da Segurança Social não tem rigorosamente nada a ver com as atribuições, competências e funções desta Comissão. Isso é que é o importante.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não vou consentir que interpelem a Mesa quando querem interpelar o Governo.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Sr. Presidente, pedi ao Sr. Ministro que me permitisse uma pequena interrupção, mas o Sr. Ministro não o consentiu.

**O Sr. Presidente:** — Vou pedir a todos os Srs. Deputados que quando quiserem interromper os Srs. Ministros o façam directamente.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Sr. Presidente, eu fi-lo.

**O Sr. Presidente:** — Mas o Sr. Ministro consentiu?

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Não, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então como é que vai a Mesa consentir agora?!

*Risos.*

Muito obrigado, mas não vou deixar.

Para formular uma pergunta ao Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Salvada.

**O Sr. Rui Salvada (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Esta questão da higiene, segurança e saúde no local de trabalho é, curiosamente, tal como a questão que acabamos de analisar, uma questão totalmente horizontal,

uma vez que tem a ver com os Ministérios da Educação, do Ambiente, da Indústria e está, de facto, no âmbito do Ministério do Emprego e da Segurança Social.

É uma questão muito importante porque os acidentes no trabalho têm óbvias consequências a nível de custos sociais e económicos: custos sociais que derivam dos deficientes que provoca e mesmo dos mortos; custos económicos que têm consequências ao nível das baixas no local de trabalho, da produtividade e, inclusivamente, ao nível da qualidade dos produtos, uma vez que as deficientes condições de laboração provocam ou potenciam uma deficiente operação em termos de fabricação.

É evidente que há muitas razões para que estes acidentes se verifiquem e continuem a verificar. Desde logo, porventura, por algum incumprimento de normas de segurança por parte de algumas empresas e, muitas vezes, também, por parte dos próprios trabalhadores há uma menor informação e até um certo desleixo. Portanto, uma das grandes tarefas que cumpre à sociedade nesta matéria são, seguramente, as questões da informação e da formação.

Este Governo, como aliás os anteriores, tem mostrado um grande interesse nesta matéria. Desde logo, no acordo social que foi elaborado em 1990 e do qual resultou, como consequência, um acordo sobre segurança, higiene e saúde no local de trabalho. Com base neste acordo surgiu um decreto-lei que entrará em vigor em Julho de 1992 — portanto, este ano e que é um bom exemplo da abordagem de uma matéria como esta — e que deve envolver toda a sociedade, não só o Governo, mas também os parceiros sociais, as empresas e os próprios trabalhadores.

Este ano comemora-se a nível europeu o ano da higiene, segurança e saúde no local de trabalho. Seguramente que o Governo o sabe e não é por ser este o ano específico desta comemoração que se fazem algumas coisas nesta matéria — fizeram-se no passado e, seguramente, continuar-se-ão a fazer no futuro. Mas face a esta efeméride o Governo tem, com certeza, algumas preocupações sobre este assunto.

É neste contexto que, gostosamente, pedíamos ao Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social que nos desse algumas ideias sobre os objectivos, assim como a perspectiva do Governo, em traços amplos, sobre este cadente assunto da higiene, segurança e saúde no local de trabalho.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

**O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social:** — Sr. Presidente, Sr. Deputados: De facto, estamos perante uma questão que considero de primordial importância.

O índice de acidentes nos locais de trabalho no nosso país atinge números preocupantes. E comumente reconhecido, nomeadamente pela Comunidade, que a componente da sensibilização é extremamente importante, para que os objectivos se apresentem com números mais agradáveis do que aqueles que temos de momento.

Há realmente aqui causas humanitárias de primordial importância, mas há um segundo vector importante que tem a ver com os custos económicos, já que todos estes acidentes apresentam custos sociais, quer para as empresas quer para o Estado.

Ora, quando a Comunidade decidiu que 1992 seria o ano europeu, Portugal não poderia perder esta oportunidade. Penso que a agarrou de uma forma capaz e começou a prepará-la a tempo. Desde logo, em Junho de 1990, o Governo entendeu que deveria fazer deste ano um ano em que houvesse todo um conjunto de acções, mas com uma componente importante, ou seja, com uma participação muito empenhada dos parceiros sociais — é uma orientação basilar para 1992.

Entendemos que fazer todo um conjunto de acções de sensibilização que fossem, apenas e exclusivamente, orientadas pelo Governo poderiam não obter os resultados que desejaríamos. Assim, foi constituída uma comissão nacional com a responsabilidade de coordenar toda a tarefa que tem a ver com a comemoração do ano europeu de higiene, segurança e saúde no local de trabalho e que é composta por representantes das confederações patronais e pelas duas confederações sindicais.

Quero dizer, perante esta Câmara, que é uma área onde há um grande consenso dos parceiros sociais. Refiro, mesmo, que o acordo que foi celebrado sobre higiene e segurança no trabalho, na sequência do acordo económico e social, foi subscrito por todos os parceiros sociais, o que significa que toda a sociedade portuguesa está convergente, há uma consonância e um consenso muito grande sobre um conjunto de acções a desenvolver.

Esta comissão está a trabalhar desde Junho de 1990, o que significa que se iniciou um trabalho atento, com uma metodologia própria — não ia maçar os Sr. Deputados com a sua enunciação —, tendo apresentado um conjunto de projectos que têm a ver com áreas como a agricultura, as pescas, a construção civil, que vão ser desenvolvidos durante o ano de 1992.

Mas porque o Governo atribui uma grande importância a esta área, apesar do co-financiamento comunitário ser razoável, entendeu, dada a qualidade dos projectos e a necessidade de 1992 ser um marco importante e decisivo nesta componente, dispor unilateralmente de mais 100 mil contos exclusivamente suportados pelo Orçamento Português para que outros projectos de qualidade não ficassem na gaveta. Portanto, excedemos aquilo com que a Comunidade nos financia.

Estes projectos estão prontos e quero referir que, na 1.ª quinzena de Fevereiro, vai ser anunciado ao País todo o programa nacional, programa esse que não foi elaborado apenas pelo Governo, mas com a colaboração de todos os parceiros sociais, a quem desejo agradecer o empenho muito sério e responsável nesta tarefa.

Assim, irão também ter lugar uma série de conferências, na mais importante das quais estarão presentes todos os ministros do trabalho dos países da Comunidade Económica Europeia, incluindo a própria comissão. É que, por proposta minha, a Comunidade escolheu Lisboa para realizar na nossa capital e no nosso país esta efeméride que é o ponto mais alto a nível comunitário. Vai também realizar-se todo um conjunto de participações e de acções, não só decorrentes desses projectos mas ainda de outros.

Fundamentalmente, como nota final, gostaria de voltar a insistir que este programa tem, em primeiro lugar, uma grande mobilização dos parceiros sociais para as suas iniciativas e, em segundo lugar, uma protagonização desses parceiros sociais ao nível das respectivas confederações quanto à selecção de iniciativas, porque a prioridade e a própria preparação do programa nacional foi defendida por eles.

Durante todo este ano, apenas com a excepção do período de Verão — de 15 de Julho a 15 de Setembro —, encontra-se assegurada, em cada semana, uma iniciativa de carácter informativo, aberta a empregadores, a trabalhadores ou técnicos, com âmbito pelo menos regional. Portanto, todas as semanas, com excepção do período do Verão, haverá pelo menos uma iniciativa neste domínio.

Os Ministérios da Educação e da Saúde vão assegurar um programa muito específico para a juventude, com incidência ao nível das escolas. Assim, julgamos que esta matéria, e dado o aspecto importante da questão, deve começar a ser tratada também aí e, por isso, esses dois Ministérios associaram-se ao Ministério do Emprego, indo igualmente desenvolver actividades neste domínio.

Iráo ter também lugar outras iniciativas a nível de empresas públicas e seguradoras, e privadas mesmo, que têm informado que vão promover iniciativas neste domínio.

Resumindo, para além da iniciativa ser bem-vinda e absolutamente necessária, julgo que, graças à colaboração e empenho dos parceiros sociais, no ano de 1992, estes problemas vão ser equacionados e pelo menos esta componente de sensibilização será um marco importante.

Já quanto às medidas concretas que permitam atacar a sério esse tipo de problemas, elas constam do acordo económico e social, no capítulo referente ao acordo de higiene, segurança e saúde no trabalho, e serão a devido tempo implementadas, de acordo com a vontade dos parceiros sociais e do Governo.

**O Sr. Presidente:** — Para formular uma pergunta relativa aos efeitos para Portugal do desenvolvimento do programa nuclear espanhol, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

**O Sr. André Martins (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: Dada a importância e o perigo que significa para Portugal todo o projecto de desenvolvimento do nuclear espanhol, sobretudo em zonas de fronteira, entendemos que a questão que hoje queremos colocar deveria ser respondida pelo Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais. Não por que julgamos que o Sr. Secretário de Estado não consiga responder às perguntas que fazemos, mas porque a palavra de um ministro é muito mais representativa num governo do que a de um secretário de Estado.

Portanto, não tenho nada contra o facto de ser o Sr. Secretário de Estado a responder, é apenas porque na realidade isto passa-se desta forma.

Dado que o tempo é limitado e o assunto complexo — aliás, julgamos que apenas o Governo tem informação sobre esta matéria —, iria ler a pergunta a que gostaria que o Sr. Secretário de Estado respondesse.

Portugal, não tendo optado — felizmente — pelo nuclear, está a ser cercado por instalações de alto risco implantadas por Espanha na região da fronteira. Assim, Portugal suporta os custos para o ambiente, segurança e vida das populações. Com o desenvolvimento do programa nuclear espanhol, a situação de alto risco para Portugal agrava-se.

A primeira questão que quero colocar ao Sr. Secretário de Estado é a de saber o que é que o Governo Português tem feito, ou está a fazer, para evitar a concentração de instalações de alto risco, através de radioactividade, para Portugal, em toda a região fronteira.

É que, como é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, está a ser instalada, a menos de 10 km da fronteira portuguesa e numa zona de grande intensidade de exploração de minério de urânio, portanto de risco radioactivo, uma central de produção de urânio enriquecido. Esta unidade industrial, que se prevê tenha uma produção de 950 t/ano, terá um investimento superior a 100 milhões de contos e será co-financiada pelo FEDER.

Aproveito para referir que esta questão já foi colocada no Parlamento Europeu pelo Sr. Deputado Carlos Carvalhas, em Agosto de 1990, e, até hoje, a Comissão Europeia não deu resposta à pergunta que lhe foi colocada. Certamente que teremos aqui oportunidade e vantagem de ouvir a resposta, porque o Sr. Secretário de Estado veio aqui responder a estas questões.

A central de enriquecimento de urânio e toda a zona mineira situa-se nas margens do rio Águeda e até há já uma autorização para a empresa nacional de urânio de Espanha utilizar o caudal do rio que desagua no Douro, em Barca d'Alva.

Situada assim a questão, e porque os dados apesar de escassos já são suficientemente graves para antevermos o alto risco do empreendimento para o nosso país, acresce ainda que o rio Águeda é um dos mais ricos ecossistemas do distrito da Guarda e do País e que esta região, que agora se vê numa situação de maior risco por contaminação radioactiva, é já uma região desfavorecida pelos efeitos das assimetrias que se vão acentuando no nosso país, o que, por esta forma, obriga as suas populações a abandoná-la. Por esta razão, as autarquias do distrito da Guarda têm vindo a tomar posição contra a localização da central de enriquecimento de urânio em Saelices el Chico e lamentam não ter informação sobre esta questão que afecta a região que administram.

Sr. Secretário de Estado, a pergunta que lhe coloco é a seguinte: ao abrigo do Acordo Luso-Espanhol, o Governo Português tem informação sobre a localização das instalações de alto risco na região da fronteira e sobre o grau de segurança dessas instalações? O que pretendemos é obter uma informação sobre os riscos para Portugal desta instalação, designadamente para a região da Guarda e para o ecossistema do rio Águeda, e saber que medidas estão a ser tomadas pelo Governo para prevenir a contaminação radioactiva no nosso país.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais (António Taveira): — Sr. Presidente, Sr. Deputado: A pergunta que V. Ex.<sup>a</sup> me colocou leva-me a traçar dois tipos de considerações.

Em primeiro lugar, quero dizer que o programa nuclear espanhol e os efeitos que ele tem em Portugal — e, concretamente, foi essa a pergunta que o Sr. Deputado me colocou — tem vindo a ser implementado ao longo do tempo com algumas *nuances* no que diz respeito às intenções iniciais do Governo Espanhol quanto à construção de centrais nucleares. Inicialmente, o programa previa qualquer coisa como onze centrais nucleares; destas onze, uma, que já estava construída, foi abandonada e, das restantes, houve três que nunca chegaram a entrar em funcionamento. Do ponto de vista do que decorre neste momento, no âmbito do terceiro plano energético nacional espanhol, não se prevê a construção de novas unidades

nucleares; à excepção de uma nova fábrica de concentrados de urânio, que é exactamente aquela a que o Sr. Deputado aludiu.

Portanto, de um ponto de vista específico, relativamente à situação que existia anteriormente, a única alteração da situação decorre da instalação desta fábrica de concentrados de urânio.

É preciso referir que esta nova fábrica de concentrados de urânio, que o Governo Espanhol designou de Fábrica Cuercos, vai localizar-se ao lado de uma outra que o Governo Espanhol designou de Fábrica Elcante, situando-se ambas na mesma localidade, em Saelices el Chico, muito perto de Salamanca.

Portanto, trata-se do aumento da produção de concentrados de urânio através da introdução de uma nova unidade fabril.

Em segundo lugar, gostava de dizer claramente que o quadro de relações entre Portugal e a Espanha, neste domínio, se processa a dois níveis: por um lado, existe um quadro específico de relações entre Portugal e a Espanha no âmbito do acordo bilateral em vigor desde 1980; por outro, no âmbito internacional, quer no quadro das Nações Unidas, quer no da Comunidade Económica Europeia.

Gostava ainda a este propósito de referir que as condições existentes, aliás, como era normal, a nível do acordo bilateral entre Portugal e a Espanha são necessariamente mais específicas e apertadas do que aquelas que existem no quadro quer das convenções internacionais quer na própria Comunidade Económica Europeia. Assim, quando o Governo Espanhol decidiu construir a segunda fábrica na localidade já referida, o Governo Português foi informado aprioristicamente desse facto no âmbito do acordo bilateral entre os dois países e, posteriormente, foi-o uma segunda vez no âmbito do artigo 37.<sup>o</sup> do Tratado EURATOM, tendo sido comunicado a todos os países da Comunidade as intenções quanto a esse investimento.

Para além do encaixe deste investimento espanhol no quadro das relações existentes, quer a nível da Comunidade quer das relações bilaterais entre Portugal e a Espanha, o nosso país também dispõe naturalmente de uma rede de vigilância radioactiva, cuja localização está, naturalmente, estruturada e orientada para a recolha de informação de acordo com os estabelecimentos nucleares existentes em Espanha.

Gostava ainda de lhe dizer que, para além da vigilância em contínuo da radioactividade no rio Tejo desde 1987, se faz a vigilância em contínuo da radioactividade atmosférica em todo o país, havendo uma brigada móvel de recolha de informação a este nível e que são feitas análises radioquímicas periódicas das águas, dos sedimentos, da fauna e da flora do rio Tejo — incluindo o rio Zêzere —, do rio Douro — incluindo o rio Águeda —, do rio Guadiana e do rio Mondego.

O acordo existente no quadro da Comunidade Económica Europeia prevê que nenhuma estação, envolvendo qualquer tipo de concentrado de urânio ou derivados que tenham efeitos radioactivos directos ou indirectos, possa ser construída sem um estudo de impacte ambiental.

Portanto, para a dita fábrica, foi realizado um estudo de impacte ambiental e trata-se de um processo que está em apreciação no âmbito da Comunidade Económica Europeia e no do Governo Português.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. **André Martins** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: Tivemos a oportunidade de saber, através de V. Ex.ª, que o Governo Português não está preocupado com a questão que acabei de colocar, mas sabíamos que deveria estar informado, até porque existem acordos nesse sentido.

Referiu quais são as preocupações nacionais, mas não o que o Governo está a pensar fazer para prevenir os efeitos radioactivos desta instalação, o que é extremamente importante.

Afirmou, ainda, que o estudo de impacte ambiental está a ser analisado, mesmo ao nível da Comunidade, mas a informação de que dispomos é que a fábrica já está a ser construída, pelo que as informações não são coincidentes.

Por outro lado, verificamos que as assembleias municipais da região fronteiriça do distrito da Guarda têm tomado posição relativamente a esta questão e uma das razões que apresentam, como é natural, é a falta de informação por parte do Governo. Daí a situação de algum pânico que, por vezes, se cria nas populações.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais afirmou que o programa nuclear espanhol não prevê outra evolução; no entanto, sabe-se que até ao final deste ano a capacidade de armazenamento dos resíduos radioactivos espanhóis têm o seu limite.

Será que não se voltará novamente ao célebre projecto de Aldeiadávila? Essa é uma questão que está em aberto, pelo que gostava que o Sr. Secretário de Estado aqui dissesse qual será a posição do Governo Português face a uma imposição — o que admitimos por parte de um governo que tem de procurar desfazer-se de resíduos radioactivos — do Governo Espanhol relativamente a Aldeiadávila ou a uma outra opção junto da fronteira?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. **Secretário de Estado dos Recursos Naturais**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Martins: A pergunta que me colocou permite-me esclarecer dois factos que me parecem muito importantes não só no quadro das relações entre Portugal e a Espanha neste domínio mas também no da própria definição da política que Portugal, naturalmente através do Governo, deve fazer nesta matéria.

Em primeiro lugar, gostava de dizer que, neste momento, o armazenamento do que resulta do funcionamento das próprias centrais nucleares — e esse é, efectivamente, o subproduto do processo de produção nuclear mais perigoso e activo —, está a decorrer, como com certeza sabe, nas próprias centrais nucleares espanholas, enquanto os produtos de baixa e média actividade, ou seja, os que resultam, por exemplo, das fábricas de concentrados de urânio equivalentes àquela que vai ser construída em Saelices el Chico, estão localizados na serra de Albarrama, perto de Córdoba, no maciço rochoso aí existente.

Relativamente à questão dos resíduos de alta actividade, a informação que temos é que o problema não se põe com uma proximidade tão grande como a que o Sr. Deputado referiu e não será já no próximo ano que a capacidade de armazenamento dos resíduos nas próprias centrais nucleares será esgotada; julgo que isso virá a acontecer, inevitavelmente, mas num período de tempo mais longo.

No entanto, gostava de referir que relativamente à questão posterior que levantou quanto a eventuais intenções espanholas de localizar depósitos de resíduos de alta actividade, porque esses é que são os problemáticos, mas

mesmo que fossem de baixa e média actividade, num local próximo da fronteira portuguesa, naturalmente que o Governo tomaria uma atitude equivalente à adoptada quando se pôs a questão de fazer ensaios.

Na ocasião, a actuação do Governo Português ocorreu ainda numa fase prévia à instalação. Logo que se pôs a hipótese de fazer ensaios em Aldeiadávila de la Ribera, foi tomada claramente uma atitude de oposição a que aquele maciço rochoso, pela proximidade que tinha em relação a toda a bacia hidrográfica do Douro e a todas as águas subterrâneas associadas, fosse ensaiado, procedendo-se à análise da sua capacidade para instalar qualquer tipo de depósito.

Portanto, a esse respeito, não haverá qualquer alteração de posição relativamente à anteriormente adoptada pelo Governo e, numa linha de coerência com a defesa dos interesses do País, manter-se-á o mesmo tipo de posição.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.ª Secretária vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados.

A Sr.ª **Secretária** (Maria da Conceição Rodrigues): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 10 de Janeiro de 1992, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados, foi, a partir de 9 de Janeiro corrente, solicitada pelo Grupo Parlamentar Social-Democrata a substituição de Montalvão Machado, do círculo eleitoral de Lisboa, por Granja da Fonseca.

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos deputados independentes Mário Tomé e João Corregedor da Fonseca.*

Srs. Deputados, a próxima reunião plenária realiza-se na terça-feira, dia 14 de Janeiro, às 15 horas. Haverá um período de antes do ordem do dia sem prolongamento e da ordem do dia consta a apreciação dos projectos de lei n.ºs 1/VI — Regularização extraordinária de estrangeiros não comunitários em situação irregular —, 2/VI — Elimina algumas restrições à concessão de habitação social — e 3/VI — Direito de voto de estrangeiros nas eleições locais —, todos da iniciativa do PS.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça o favor.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, como acabou de referir que, na próxima reunião plenária, o período de antes da ordem do dia não terá prolongamento, gostava de clarificar essa questão.

Talvez não haja necessidade de fazermos qualquer prolongamento, mas como é o último período de antes da ordem do dia da quinzena, haverá que esgotar os tempos disponíveis.

De qualquer modo, julgo que os tempos existentes serão suficientes, mas ficou acordado, em conferência dos representantes dos grupos parlamentares, que haveria a possibilidade de serem utilizados os tempos concedidos na globalidade para esse período.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, decerto que se seguirá esse critério, mas pareceu-me, pelos tempos disponíveis existentes, que não será necessário proceder a um prolongamento.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 13 horas e 30 minutos.*

**Rectificação ao n.º 7, de 15 de Novembro**

Na p. 137, 2.ª col., l. 1., onde se lê «O Sr. **Reis Leite** (PSD)» deve ler-se «O Sr. **Martins Goulart** (PS)».

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

António Moreira Barbosa de Melo.  
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.  
Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.  
Elói Franklin Fernandes Ribeiro.  
Fernando Santos Pereira.  
João Álvaro Poças Santos.  
Joaquim Fernandes Marques.  
José Augusto Santos da Silva Marques.  
José Macário Custódio Correia.  
José Pacheco Pereira.  
Manuel Antero da Cunha Pinto.  
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.  
Maria Fernanda Dias Cardoso.  
Melchior Ribeiro Pereira Moreira.  
Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Manuel Avelino.  
Ana Maria Dias Bettencourt.  
António Fernando Correia de Campos.  
António Fernandes da Silva Braga.  
António José Barroni Crisóstomo Teixeira.  
António Manuel de Oliveira Guterres.  
António Ribeiro Marques da Silva.  
Carlos Manuel Luís.  
Eduardo Ribeiro Pereira.

Elisa Maria Ramos Damião Vicira.  
João Rui Gaspar de Almeida.  
Jorge Lacão Costa.  
José Barbosa Mota.  
Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio.  
Raul Fernando Sousela da Costa Brito.  
Vitor Manuel Caio Roque.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Miguel Urbano Tavares Rodrigues.  
Octávio Augusto Teixeira.

**Partido Ecologista Os Verdes (PEV):**

André Valente Martins.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Delmar Ramiro Palas.  
Domingos Duarte Lima.  
Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
Guilherme Henrique V. Rodrigues Silva.  
João Maria Leitão de Oliveira Martins.  
José de Oliveira Costa.  
José Freitas Costa Leite.  
Maria Fernanda Correia da Mota Pinto.

**Partido Socialista (PS):**

António Domingues Azevedo.  
António Poppe Lopes Cardoso.  
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.  
Gustavo Rodrigues Pimenta.  
João António Gomes Proença.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Rogério Conceição Martins.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Jerónimo Carvalho de Sousa.  
José Manuel Reis Moraes.

**Partido da Solidariedade Nacional (PSN):**

Manuel Sérgio Vicira e Cunha.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

---

**PREÇO DESTES NÚMEROS 144\$00**

---

